

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**FEMINICÍDIO DE LOUISE**

VICTOR HUGO FARIAS

BRASÍLIA  
2018

VICTOR HUGO FARIAS

**FEMINICÍDIO DE LOUISE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Direito da  
Universidade de Brasília como requisito para  
obtenção do título de bacharel em Direito.  
Orientadora: Profa. Dra. Debora Diniz

BRASÍLIA

2018

VICTOR HUGO FARIAS

**FEMINICÍDIO DE LOUISE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Direito da  
Universidade de Brasília como requisito para  
obtenção do título de bacharel em Direito.

O candidato foi considerado aprovado pela banca examinadora.

---

Professora Doutora Debora Diniz  
Orientadora

---

Juíza de Direito Rejane Jungbluth Suxberger  
Membro

---

Professora Mestra Sinara Gumieri Vieira  
Membro

---

Professora Doutora Luciana Stoimenoff Brito  
Membro Suplente

Brasília, 3 de julho de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à Profa. Dra. Debora Diniz, pela maestria na orientação. Embora sem me conhecer pessoalmente, aceitou caminhar comigo ao longo deste projeto, tão importante para minha formação acadêmica e pessoal, enriquecendo-o com seu conhecimento ímpar. Aos Drs. Marcello Oliveira e Paulo Giordano, pela disponibilização dos autos do processo, nossa unidade de análise; e pelo brilhantismo e sensibilidade com que atuaram no plenário do júri, verdadeira fonte de inspiração. Às membras da banca examinadora, pelos belos trabalhos na área afim, pela cordialidade e solicitude com que aceitaram meu convite. E, por fim, Àquele que sempre me guia, aos meus amigos e à minha família, pois sem vocês nada faço.

“Juízes, advogados, promotores e delegados lidam com inúmeros processos criminais todos os dias. A enormidade de casos contrasta com os dramas humanos que as folhas de um processo ou relatos em audiência geralmente não conseguem refletir, mas cada um desses casos traz um drama de vida. Se os processos são concluídos com uma decisão que se torna definitiva, a dura realidade que não cabe nas folhas de um processo segue adiante e perde muito de seus sentimentos e emoções. As histórias se perdem... e as vítimas desses casos, tantas vezes ignoradas pela nossa sociedade de marcada história machista, vão se tornando invisíveis.”

Rejane Jungbluth Suxberger, em *Invisíveis Marias: histórias além das quatro paredes*.

## RESUMO

Em 9 de março de 2015, entrou em vigor a Lei nº 13.104/2015, que previu o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio, na hipótese de ser o crime cometido contra mulher, por “razões da condição de sexo feminino”. Nomeou-se a morte de mulheres, visando-se atuar nas causas e nas consequências da violência de gênero. Aproximadamente um ano depois, o assassinato de Louise Maria da Silva Ribeiro por seu ex-namorado, Vinícius Neres Ribeiro, chocou a sociedade brasileira, especialmente a comunidade acadêmica da Universidade de Brasília. Atraída para um dos laboratórios daquela instituição, Louise foi ali asfixiada e morta, sendo seu corpo transportado a uma região erma de matagal, queimado e abandonado. A partir de um estudo de caso qualitativo, esmiuçaram-se os autos da ação penal instaurada contra Vinícius, com destaque para peças de informação como depoimentos de testemunhas, interrogatórios, laudos periciais e relatórios de investigação, que subsidiaram os esforços argumentativos empregados pela defesa e pela acusação. Objetivou-se analisar como que, na prática, se deu o debate entre os atores judiciais acerca da nova qualificadora, com foco na determinação de sua natureza jurídica, se de cunho objetivo ou subjetivo; na contraposição semântica entre os termos femicídio e feminicídio; e na verificação de elementos fáticos que subsumam os atos delituosos à forma qualificada. Como principal tese acusatória, o vínculo afetivo mantido entre autor e vítima enquadraria objetivamente o crime no contexto de violência doméstica e familiar, ainda que não tenha havido coabitação. De outro lado, a defesa sustentou a subjetividade da qualificadora, além de pugnar pelo reconhecimento da forma privilegiada do homicídio. Para tanto, atribuiu parte da culpa à Louise, em nítida inversão de papéis entre agressor e vítima. Tal argumento, reprovável, remanesce de uma cultura patriarcal e opressiva. Em resposta, imperiosa se mostra a adoção de uma perspectiva de gênero, hábil a orientar órgãos e agentes públicos no combate ao genocídio feminino.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Feminicídio. Teses de acusação. Teses de defesa. Perspectiva de gênero.

## ABSTRACT

On March 9<sup>th</sup> of 2015, the Law nº 13,104/2015 came into effect and defined feminicide as a qualifier for the crime of homicide, under the assumption of being a “sex-based felony against females”. The death of women was named, aiming to act on the causes and consequences of gender violence. Approximately one year later, the murder of Louise Maria da Silva Ribeiro by her ex-boyfriend, Vinícius Neres Ribeiro, stunned the Brazilian society, especially the academic community of the University of Brasilia. Lured into one of the laboratories of the latter institution, Louise was asphyxiated and murdered therein, with her body being transported, burned and abandoned in a deserted nearby region. Based on a qualitative case study, a thorough examination of the case-files of the criminal action instituted against Vinícius was performed, mostly emphasizing on pieces of information encompassing testimony of witnesses, interrogations, forensic and investigative reports, which altogether nurtured the argumentation of both prosecutor and defense. The objective was to analyze how, in practice, the debate took place among the judicial actors about the new qualifier, focusing on the determination of its legal nature, whether objective or subjective; in the semantic contrast between the terms femicide and feminicide; and in the verification of factual elements that subsume the criminal acts to the qualified form. The main prosecuting argument objectively underpins the intimate relationship between the offender and the victim as a crime of domestic and family violence, even with no evidence of cohabitation. On the other hand, the defense argued the subjectivity of the qualifier, also fighting for recognition of the privileged form of homicide. To this end, some of the blame was attributed to Louise, in a clear inversion of roles between offender and victim. Such reproachable argument remains from a patriarchal and oppressive culture. In response, it is imperative to adopt a gender perspective, capable of guiding public agencies and agents in the fight against female genocide.

**Keywords:** Violence against women. Feminicide. Prosecution thesis. Defense thesis. Gender perspective.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APF	Auto de Prisão em Flagrante
art(s)	artigo(s)
c/c	cumulado com
CF	Constituição Federal de 1988
CP	Código Penal de 1940
CPP	Código de Processo Penal de 1941
DRS	Delegacia de Repressão a Sequestros
fl(s)	folha(s)
GEM	Departamento de Genética e Morfologia
IC	Instituto de Criminalística
IML	Instituto Médico Legal
IPDNA	Instituto de Pesquisa de DNA Forense
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
RSE	Recurso em Sentido Estrito
SCPe	Seção de Crimes contra a Pessoa
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UnB	Universidade de Brasília
v	verso



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1 - DOS FATOS .....	14
1.1 A relação íntima de afeto.....	16
1.2 O encontro .....	18
1.3 Meios de execução e desdobramentos .....	26
CAPÍTULO 2 – DAS TESES DE ACUSAÇÃO E DE DEFESA À SENTENÇA .....	34
2.1 A denúncia pelo Ministério Público .....	37
2.2 Argumentos da defesa e recebimento da denúncia .....	40
2.3 Argumentos da acusação e pronúncia do réu .....	44
2.4 Sentença e recursos .....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	57

## INTRODUÇÃO

Ainda nua e molhada pelo banho que tomava em sua residência, situada no Riacho Fundo II, Distrito Federal, uma mulher é surpreendida no banheiro e morta pelo ex-companheiro em decorrência de dezessete feridas perfuroincisas perpetradas com um canivete, instrumento que restou encravado em sua região cervical quando do golpe final. Poucos meses depois, dessa vez na Região Administrativa do Recanto das Emas, outra mulher é brutalmente assassinada. Golpeada na cabeça com um vaso sanitário e estrangulada com uma corda, foi abandonada em um terreno baldio; dias depois, encontrada em decúbito ventral sobre um colchão, amordaçada, com a calça jeans e calcinha despidas, camiseta e jaqueta erguidas à porção superior do tórax. A putrefação do corpo impediu a constatação da sugestiva violência sexual sofrida.<sup>1</sup>

Em um primeiro olhar, seriam dois relatos de homicídios sem qualquer correlação direta, mas que, além da hediondez do *modus operandi*, compartilham um par comum de variáveis - o gênero feminino das vítimas e masculino dos autores. Ao tratarem da morte sistemática de mulheres, Debora Diniz, Bruna Costa e Sinara Gumieri (2015, p. 232) bem esclarecem que “se há horror na matança, não há surpresa sobre como compreender a transformação das mulheres em cadáveres: elas foram mortas pelo gênero”. E não há exagero nessa afirmação, embora se saiba que, de acordo com Lia Zanotta Machado (1998, p. 5) a partir da análise de quadros estatísticos, “mata-se e morre-se mais no masculino. No feminino, morre-se um pouco menos, e mata-se muitíssimo menos”. Ocorre que, no contexto da violência contra as mulheres,<sup>2</sup> elas são quase que exclusivamente mortas pelos homens, sendo o óbito a ponta do *iceberg*, o ponto final das violências domésticas e amorosas sofridas, por vezes muito mais amplas do que o assassinato.<sup>3</sup> Deste modo, ao destrinchar os gêneros da violência, Machado (1998, p. 6) destaca que “o feminino é morto pelo e em nome do masculino”.

Traduzindo em números, tem-se que, apenas no ano de 2013, foram assassinadas 4.762 mulheres no Brasil – taxa de 4,8 mortes por 100 mil mulheres -, o que colocou o país na quinta posição internacional dos que mais matam em uma listagem de 83 países analisados pela Organização Mundial da Saúde. A fins de comparação, o Brasil teria um índice de assassinatos

---

<sup>1</sup> Casos de violência extrema contra mulheres que, em meio a inúmeros outros, vêm à memória deste autor, que atua como perito criminal da Seção de Crimes contra a Pessoa (SCPe) do Instituto de Criminalística (IC) da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) desde o ano de 2013.

<sup>2</sup> “Violência contra a mulher foi a expressão que conseguiu nomear o inomeado do segredo da violência doméstica e da violência sexual que têm um sentido tendencialmente dirigido dos homens sobre as mulheres.” (MACHADO, 1998, p. 4).

<sup>3</sup> A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) elenca, em seu art. 7º e incisos, algumas das possíveis formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

de mulheres 48 vezes maior que o Reino Unido. Do total de homicídios femininos, estimou-se que 50,3% foram provocados por um familiar direto da vítima, com destaque para parceiros antigos e atuais, responsáveis por 33,2% do total (WAISELFISZ, 2015). Em um recorte mais localizado, importando as circunstâncias do crime – contexto, autoria e relação prévia entre as partes –, um estudo traz a análise de processos judiciais referentes a casos de 301 mulheres vítimas de morte violenta na modalidade homicídio que foram periciadas no Instituto Médico Legal (IML) do Distrito Federal entre setembro de 2006 e setembro de 2011.<sup>4</sup> Depois de excluídos aqueles que envolviam acusados menores de idade (9% dos casos), concluiu-se que em 21% das ocorrências não havia resolução investigativa, o que certamente leva a uma subestimação do resultado principal: 35%, ou seja, “uma em cada três mulheres foi morta pelo feminicídio” (DINIZ, COSTA e GUMIERI, 2015).

Evoluído a partir do termo *femicídio* (tradução de *femicide*),<sup>5</sup> atribuído a Diana Russell, que o teria utilizado perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres em 1976, o verbete *feminicidio*, em castelhano, foi proposto por Marcela Lagarde (2008) na década de 1990, no contexto das mortes de mulheres em Ciudad Juárez, no México, vítimas, sobretudo, do cartel e de uma cultura machista e misógina arraigada à sociedade mexicana. Lagarde, com a tradução inédita, buscou mitigar o esvaziamento causado pela simples contraposição do termo original *femicídio* ao tipo penal homicídio, homólogos entre si. Assim, para a autora, *feminicidio* não significaria apenas o homicídio de mulheres, mas sim o conjunto de violações aos direitos humanos que abarcam as mortes e os desaparecimentos de mulheres, as quais deveriam, inclusive, ser identificadas como crimes de lesa humanidade. Nas palavras de Diniz, Costa e Gumieri (2015, p. 228), *feminicidio* seria “um gesto político audacioso, um neologismo que, ao ser enunciado, provocaria a opressão do gênero escondida sob a neutralidade do tipo penal homicídio”. Em sintonia, Rita Segato (2006) definiria que os crimes do patriarcado ou

---

<sup>4</sup> De acordo com França (2011, p. 457), morte violenta é aquela “resultante de uma ação exógena e lesiva, ou que tal ação tenha concorrido para agravar uma patologia existente, pouco valendo se a morte seja imediata ou tardia, mas desde que haja relação de causa e efeito entre a agressão e a morte.

<sup>5</sup> “Femicídio está no fim extremo de um *continuum* de terror antifeminino que inclui uma ampla variedade de abuso verbal e físico, como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente na prostituição), abuso sexual infantil incestuoso ou extrafamiliar, espancamento, agressão psicológica, assédio sexual (no telefone, nas ruas, no trabalho, na sala de aula), mutilação genital (clitoridectomia, excisão, infibulação), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomia), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade compulsória (pela criminalização do aborto e da contracepção), psicocirurgia, negação de comida a mulheres em algumas culturas, cirurgias estéticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que qualquer dessas formas de terrorismo resulta em morte, elas se tornam femicídios” (CAPUTI; RUSSEL, 1992, p. 15, tradução nossa).

feminicídios são, claramente, crimes de poder, isto é, dotados de uma dupla função, qual seja, simultaneamente, a retenção ou manutenção, e a reprodução do poder.<sup>6</sup>

Diante desse quadro calamitoso, alterações que incrementassem o feminicídio nas legislações penais se mostraram urgentes e imprescindíveis, postura que, na América Latina, foi inaugurada pela Costa Rica em 2007. No Brasil, tardiamente e após a instalação, em 2012, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra a mulher e apurou omissões por parte do poder público em todo o país, a proposta de tipificação do feminicídio veio inserida no respectivo relatório final, do qual decorreu o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2013. Conforme o parecer, a alteração do Código Penal para inserção do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio teria a importância de reconhecer, na forma da lei, que mulheres estariam sendo mortas por serem mulheres, o que exporia a fratura da desigualdade de gênero presente na sociedade; e de combater a impunidade, evitando-se interpretações jurídicas anacrônicas que reconheceriam feminicidas como criminosos passionais (BRASIL, 2013). Nesse sentido, Lourdes Bandeira (2013), ao endossar o projeto, afirmou se fazer “necessário trazer o crime de feminicídio à luz, para que se possa erradicá-lo. A preocupação principal deve ser distingui-lo das demais tipificações dos crimes passionais, entendidos como menos graves e legitimados pelo sistema jurídico com penas mais brandas”.

Após regular tramitação da proposta normativa, inclusive com modificações ao texto original, o Brasil editou a Lei nº 13.104/2015,<sup>7</sup> apelidada Lei do Feminicídio, que criou uma qualificadora especial do homicídio ao acrescentar o inciso VI ao § 2º do art. 121 do Código Penal, na hipótese de ser o crime praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Em seguida, adicionou-se o esclarecedor § 2º-A, *in verbis*: “Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Ademais, a lei previu causas de aumento de pena (§ 7º) para o feminicídio se o crime for praticado: durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra menores de 14 anos, maiores de 60 ou deficientes; na presença de descendentes ou ascendentes da vítima. Naturalmente, ao feminicídio se atribuiu a qualidade de hediondo, após atualização do art. 1º da Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes

---

<sup>6</sup> Trecho original: “[...] los crímenes del patriarcado o feminicidios son, claramente, crímenes de poder, es decir, crímenes cuya dupla función es, en este modelo, simultáneamente, la retención o mantención, y la reproducción del poder” (SEGATO, 2006, p. 4).

<sup>7</sup> Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Hediondos). Para Ela Wiecko Castilho (2016, p. 95), “a definição do feminicídio, mais do que uma demanda criminalizadora, busca nomear, destacar do conjunto de mortes provocadas, aquelas que ocorrem em razão de a vítima ser mulher. Trata-se, pois, de dar visibilidade a um fato para seu melhor enfrentamento, nas causas e consequências”.

A 10 de março de 2016, transcorrido um ano e um dia desde a entrada em vigor da novel qualificadora, mais um brutal homicídio feminino ocorreu. Nas dependências do Instituto de Ciências Biológicas (IB) da Universidade de Brasília (UnB), na Asa Norte, Distrito Federal, a estudante de biologia Louise Maria da Silva Ribeiro, de 20 anos, foi assassinada pelo ex-namorado e companheiro de curso, Vinícius Neres Ribeiro, de 19 anos. Após a consumação, cuja *causa mortis* foi asfixia, o corpo da vítima foi transportado pelo autor até uma região erma de matagal às margens da Via L4 Norte, tendo sido parcialmente carbonizado após ação do fogo que lhe foi ateadado. Na manhã do dia seguinte, 11 de março, Vinícius confessou a autoria do crime a um soldado da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e indicou à equipe de perícia criminal da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) a localização do corpo de Louise, motivo pelo qual foi preso em flagrante pelos militares, logo passando à custódia da Delegacia de Repressão a Sequestros (DRS/PCDF). Já pela tarde, Vinícius concedeu entrevista coletiva a jornalistas, notoriamente marcada pela frieza com a qual detalhes foram narrados, o que, somado à crueldade do crime, estarreceu a sociedade brasileira, em especial a comunidade acadêmica da universidade.<sup>8</sup> Redes sociais e jornais deram ampla atenção ao caso.

Nas manchetes e nas rodas de conversa, as alcunhas de “monstro” e “psicopata” atribuídas a Vinícius se mostraram recorrentes. Como explicação, Machado (1998, p. 2-3) diria que, face ao horror que a violência inspira, sobretudo quando fora dos contextos da violência urbana institucionalizada, nas periferias, a primeira tendência seria isolar o fenômeno para longe do que se considera humano. “Violentos seriam seres de desrazão”. Contudo, prosseguiria a autora, mesmo diante de atos qualificados como monstruosos, “não podemos nos refugiar no resguardo da construção de uma categoria de monstros ou psicopatas: o que nos eximiria de discutir as formas de violência de seres humanos em sociedade, e o que nos eximiria de discutir os valores da nossa sociedade”. Este distanciamento construído entre figuras como Vinícius e um imaginário “nós”, que se autoclassifica como não violento e civilizado, dificulta o reconhecimento de que a violência contra a mulher existe e persiste em todos os meios, alheia à geografia e ao espectro econômico, tornando cúmplices todos que se calam diante dos abusos

---

<sup>8</sup> Trecho da entrevista concedida por Vinícius Neres Ribeiro, sob custódia da Delegacia de Repressão a Sequestros (DRS/PCDF), pode ser visualizado em: <<https://youtu.be/bucHwSEBkl8>>. Acesso em 08 mai. 2018.

diários de que decorrem o genocídio feminino. Guardadas as proporções, essa tolerância se assemelharia ao conceito de banalidade do mal, que Hannah Arendt brilhantemente cunhou ao explorar o extermínio de judeus.<sup>9</sup>

Dada a urgência do tema e em busca de uma maior aproximação com a multiplicidade de mecanismos de violência que culminaram na morte de Louise, propõe-se aqui um estudo de caso qualitativo que desnude os quatro volumes do respectivo Processo nº 2016.01.1.024397-6 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), disponibilizados pelo Juiz de Direito responsável, Dr. Paulo Rogério Santos Giordano, que servirão como unidade de análise. Objetiva-se avaliar e compreender como que, à luz das provas trazidas aos autos, se deu o debate entre as vozes judiciais – notadamente Ministério Público e advogadas de defesa – acerca da qualificadora do feminicídio. Explorar-se-ão as tensões havidas: (i) na própria conceituação do feminicídio, contraposto semanticamente ao termo femicídio; (ii) na presença ou ausência dos elementos que o caracterizam, com ênfase nas “razões da condição de sexo feminino”; e (iii) na determinação de sua natureza enquanto qualificadora, se subjetiva ou objetiva, questão crucial nas hipóteses de cumulação com outras qualificadoras e com a frequente tese de homicídio privilegiado, que inevitavelmente se alia a uma culpabilização da vítima.

Debora Diniz (2015), ao tratar da crueza dos arquivos, afirma que a “informação é um rudimento, e somente a reflexão intelectual o transformará em argumento”. A par disso, serão expostas, no primeiro capítulo, informações levantadas pela investigação a cargo da Delegacia de Repressão a Sequestros e pelos exames técnicos sob responsabilidade do Instituto de Criminalística (IC) e do Instituto Médico Legal (IML), acrescidas das provas colhidas em sede judicial, todas organizadas didaticamente para uma melhor compreensão dos fatos. Em seguida, o segundo capítulo detalhará as estratégias argumentativas adotadas pelos principais atores processuais ao lançarem mão dos meios de prova disponíveis no caso concreto, da jurisprudência e da doutrina pertinentes, do que se originou o tensionamento discursivo entre acusação e defesa, com resposta final pelo Poder Judiciário. Arremata-se com considerações finais a respeito das discussões travadas e das decisões adotadas pelo júri e pelos magistrados, com enfoque na necessária implementação de uma perspectiva de gênero a casos similares.

---

<sup>9</sup> Em seu livro “Eichmann em Jerusalém – Um Relato sobre a Banalidade do Mal”, Hannah Arendt defende que, a partir da burocratização das sociedades nazistas, criou-se uma multidão incapaz de fazer juízos de valor moral, mera cumpridora de ordens, razão pela qual o mal acabou se tornando banal.

## CAPÍTULO 1 - DOS FATOS

Segundo Fernando Capez (2013, p. 46-47), o processo penal visa “propiciar a adequada solução jurisdicional do conflito de interesses entre o Estado-Administração e o infrator, através de uma sequência de atos que compreendam a formulação da acusação, a produção das provas, o exercício da defesa e o julgamento da lide”. Para tanto, abarca a relação jurídica processual, formada entre os sujeitos do processo, aos quais são atribuídos direitos, obrigações, faculdades, ônus e sujeições; e o procedimento, tido como a sequência ordenada de atos interdependentes e procedimentais até o provimento final, a sentença. A cada etapa, a ação vai se corporificando nos autos. Contando com 792 folhas, os volumes do Processo n° 2016.01.1.024397-6 – TJDF, objeto singular de estudo, foram arquivados em fevereiro de 2018, ante o trânsito em julgado ocorrido na data de 03 de novembro de 2017. Interessarão, neste capítulo, as provas ali lançadas, produzidas em âmbito policial e judicial, compreendendo-se termos de interrogatórios e de depoimentos, transcrições, laudos periciais e relatórios de investigação. Tais peças subsidiaram as argumentações trilhadas pelas advogadas de defesa e pelo representante do Ministério Público, inicialmente direcionadas ao convencimento dos magistrados e, ao fim, à formação da íntima convicção dos jurados, dada a competência do Tribunal do Júri.<sup>10</sup>

Ao expô-las, não se tem a pretensão de narrar com irrestrita fidelidade os acontecimentos como efetivamente ocorridos no tempo e no espaço, no mundo real. De acordo com Eugênio Pacelli (2017), sabe-se que as provas judiciais intentam reconstruir os episódios investigados acercando-se o máximo possível da realidade histórica, da realidade dos fatos, embora a missão de reconstrução da verdade seja das mais difíceis, quando não impossível. Constrói-se, então, uma verdade processual, uma certeza de natureza exclusivamente jurídica. Arlette Farge (2009, p. 18), ao descrever sua lida com arquivos policiais do século XVIII, conta que “aquele que o lê [o arquivo], que o toca, ou que o descobre é sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real”. Contudo, alerta a autora, por mais palpável que pareça a realidade, seria ingenuidade acreditar que ela foi atingida em sua essência. Em compensação, Luigi Ferrajoli (2002, p. 48) esclarece que as provas judiciais, precisamente por sua natureza artificial – já que trazidas aos autos pelos homens –, podem apresentar uma maior autenticidade. Pois que, no processo, as fontes probatórias não apenas são “recebidas diretamente, mas também

---

<sup>10</sup> Prevê o art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal de 1988, que: “é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) **a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida**” (grifo nosso).

porque são confrontadas entre si, submetidas a exames cruzados e chamadas a reproduzir o evento julgado”.

Nada obstante a intangibilidade da verdade absoluta, os eventos que convergiram para o óbito de Louise precisam ser reproduzidos, e uma varredura minuciosa dos autos figura como um ponto de partida promissor. Decisivo, nessa tarefa, é saber o que angariar e o que dispensar. Qual informação seria útil, qual seria supérflua. Farge (2009) afirma que, na operação de triagem dos documentos judiciais, uma armadilha se mostra inescapável: a identificação entre o arquivo e aquele que o decifra. Invariavelmente, as informações acabam sendo escolhidas, pouco ou muito, segundo aquilo que se pretende mostrar. Então, sugere a historiadora, o leitor deve estar sempre vigilante, para que uma lucidez desperta aja como barreira contra essa aproximação exagerada. Enquanto perito criminal que esteve diretamente vinculado ao caso, a imparcialidade profissional calcada na técnica e na ciência se impôs. Enquanto aluno de graduação, contudo, por mais que me esforce para ser objetivo, estarei sempre condicionado pelas circunstâncias ambientais nas quais atuei, pelos sentimentos e emoções, inclinações e valores. Reconheço que uma identidade com os personagens, sobretudo com a vítima, se tornou insuperável.<sup>11</sup>

Mas esse afeiçoamento pode ser benéfico. Inclusive, nesta ocasião, será posto como um objetivo. Escancaradas as diversas acepções de violência sofridas por Louise, mulheres cotidianamente violadas em seus direitos certamente se identificarão com sua história; poderão se solidarizar e se precaver. E é imperioso que os homens também o façam. Gestos e pensamentos demonstrados por Vinícius podem estar, inconscientemente ou não, incutidos em cada um de nós – filhos, namorados, maridos -, mesmo quando não exteriorizados em agressões e feminicídios. Isso justifica a escolha ético-política pelo não anonimato das partes. Conforme Diniz (2015), “ao anonimizar, descrevemos pessoas e locais como expressões da realidade, mas os apresentamos sob um esconderijo textual”, um eufemismo que não cabe aqui. A partir do relato, em virtude da publicidade inerente ao processo penal e da exposição promovida pela imprensa, todos os envolvidos seriam facilmente reconhecidos, até mesmo os agentes públicos. Autor e vítima teriam que ser outros para não serem identificados: Vinícius, parafraseando-se a decisão judicial que denegou o segredo de justiça pleiteado por sua defesa, deve suportar os dissabores derivados de suas ações; Louise, cuja vida foi tristemente abreviada, terá expostas minúcias de sua morte, com o mais sincero respeito aos sentimentos de seus familiares e à sua lembrança.

---

<sup>11</sup> Influências similares àquelas sofridas pelos juízes ao lidarem com causas judiciais, considerados investigadores legalmente qualificados e dotados de um caráter não impessoal, já que uma exclusão completa da subjetividade do juízo se mostra impossível (FERRAJOLI, 2002, p. 46).



## 1.1 A relação íntima de afeto

Ana Carcedo (2000), ao abordar a morte de mulheres na Costa Rica na década de 1990, desenvolveu definições conceituais das autoras Diana Russell e Jill Radford e estabeleceu uma tipologia para feminicídios (ainda tratados indistintamente como femicídios), que tomariam as seguintes formas: femicídio íntimo; femicídio não íntimo; e femicídio por conexão. Interessa, aqui, a primeira categoria, definida como aqueles assassinatos cometidos por homens com quem a vítima tem ou teve uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins a essas.<sup>12</sup> Wânia Pasinato (2011, p. 236) complementa a definição ao trazer que são incluídos “os crimes cometidos por parceiros sexuais ou homens com quem tiveram outras relações interpessoais tais como maridos, companheiros, namorados, sejam em relações atuais ou passadas”.

Doutrinariamente classificado como uma norma penal em branco, o art. 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal, que prevê a qualificadora do feminicídio, busca complementação conceitual no próprio § 2º-A, que traz em seus dois incisos o que se consideram como “razões de condição de sexo feminino”. Por sua vez, o inciso I, ao tratar da “violência doméstica e familiar”, também carece de suplemento. Tal lacuna é preenchida pelo art. 5º da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), segundo o qual “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” nos âmbitos da unidade doméstica (inciso I) e da família (inciso II), bem como “em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação” (inciso III). Esse último inciso mostrou-se de maior relevância. Importa saber, no caso concreto ora em estudo, como se configurava a relação entre Vinícius e Louise.

No dia de sua prisão, 11 de março de 2016, quando interrogado pelo delegado de polícia, Dr. Leandro Giordani Ritt, conforme consta do Auto de Prisão em Flagrante (APF) nº 6/2016 – DRS, Vinícius respondeu que:

No mês de março de 2015, cursava o curso de ciências biológicas na UNB e conheceu uma colega do segundo semestre, chamada LOUISE MARIA DA SILVA RIBEIRO. Em virtude de dar monitoria de disciplina de anatomia animal para ela, ficaram mais próximos e iniciaram o namoro em 10/04/2015. O relacionamento amoroso seguiu tranquilo até o dia 26/12/2015, quando ela viajou para Angra dos Reis, com a família, local onde havia dificuldade de comunicação, tendo lá ficado de dez a doze dias, fato que levou a um distanciamento do casal. Ela retornou no dia 06/01/2016. No dia 07/01/2016, se encontraram na UNB, e o interrogando percebeu que ela estava mais distante, mais estranha. No dia 11/01/2016, iniciaram a disciplina de fisiologia animal

<sup>12</sup> Trecho original: “*Femicidio íntimo: Son aquellos asesinatos cometidos por hombres con quien la víctima tenía o tuvo una relación íntima, familiar, de convivencia, o afines a éstas.*” (CARCEDO, 2000, p. 11).

juntos, disciplina esta que encerraria no dia 29/01/2016, pois é um curso de verão ofertado pela UNB. Durante as aulas o distanciamento aumentou por parte de ambos e sem motivo aparente. No dia 31/01/2016, os pais do interrogando viajaram para Maceió e o interrogando e a irmã foram de avião com o avô, onde permaneceram até o dia 06/02/2016, sendo que não manteve contato com LOUISE. Ao retornar, por cerca de duas semanas mantiveram contato apenas esporádico via MESSENGER, tendo ficado claro o término do relacionamento.<sup>13</sup> Então procurou LOUISE em sua residência e ambos conversaram no pilotis, pois tinha a intenção de jantar juntos e conversarem amenidades. A conversa foi curta e a partir daí não se falaram mais. Lembra que essa conversa ocorreu por volta do dia 20/02/2016. Tentou contatos via MESSENGER mas ela não respondeu. Há cerca de três anos, em decorrência de várias decepções, começou a ter pensamentos suicidas e, em meados de janeiro, quando cursava a disciplina com LOUISE, decidiu pelo suicídio o qual ocorreria pela ingestão de clorofórmio e também pela ingestão de ácido clorídrico. Tinha acesso ao clorofórmio no laboratório de bioquímica vegetal do departamento de botânica, tendo subtraído um vidro de um litro e o guardado no seu armário particular de genética e morfologia [...]. (Trecho do Interrogatório, APF nº 6/2016 – DRS, fls. 11-12).

Seis dias depois, na sede do Centro de Detenção Provisória (CDP), Vinícius foi reinquirido pela autoridade policial, no que voltou à temática suicídio. Relatou que, em agosto de 2015, teria contado a Louise que pretendia se suicidar. Na data programada para a autoeliminação, encontrou-se com Louise e almoçaram juntos, tendo ela o abraçado e dito que o amava, fazendo-o abandonar a ideia. Ainda, no que toca ao namoro, Vinícius narrou que desde janeiro tentava reatar o relacionamento, mas não obteve a anuência de Louise. Suspeitou que por isso ela desmarcava quando, por diversas vezes, eles se encontrariam nas dependências da universidade. A partir de então, alegou sentir-se abandonado e desprezado, e isso foi “martelando, martelando”, ou seja, aumentando sua pretensão ao suicídio. Contou, também, que se decepcionou diversas vezes com Louise durante o relacionamento, tendo internalizado as decepções e a raiva, e que pensava nela com amor e amargura. Quanto ao rompimento da relação, afirmou nunca o ter aceitado, já que Louise seria a única pessoa em quem confiara de verdade na vida e a quem mais se apegara (Termo de Reinquirição, APF nº 6/2016 – DRS, fls. 52-54).

Aos 22 de junho de 2016, quando da Audiência de Instrução, Vinícius foi interrogado novamente, desta vez já na condição de réu. Nos trechos atinentes ao relacionamento amoroso, corroborou as informações prestadas em sede policial, além de acrescentar que, antes de terminarem, perguntou a Louise se havia outra pessoa, no que ela respondeu negativamente, e que apenas não queria mais namorá-lo; após o término, “primeiro tentou fazer chantagem emocional com a vítima, falando sobre suicídio como um modo de tê-la de volta”, mas desistiu da ameaça e convenceu-se que iria de fato se matar (Interrogatório do Acusado, fls. 279-281).

---

<sup>13</sup> Facebook Messenger (às vezes chamado apenas Messenger) é um aplicativo de troca de mensagens instantâneas entre usuários, que permite o envio de fotos, vídeos, áudios e arquivos. O serviço também suporta chamadas de voz e de vídeo (Wikipedia).

Luiza Nagib Eluf (2017), ao tratar de crimes tidos como passionais,<sup>14</sup> relembra o fim levado pelo jovem personagem Werther, de Johann Wolfgang von Goethe, que nutria por Carlota um amor essencialmente platônico, vindo a se matar diante da impossibilidade de concretização de seu desejo. Porém, destaca a autora, o suicídio passionai não seria comum, já que, na maior parte dos casos, “a ira do rejeitado se volta contra a pessoa que o rejeita, não contra si mesmo”. Vale destacar que, no universo geral dos feminicídios, há casos em que o autor leva a cabo a ideia de se matar após o cometimento do crime. Diniz, Costa e Gumieri (2015, p. 236) concluíram que em 12% dos eventos pesquisados o assassinato da mulher foi seguido pelo suicídio do homem, em um cenário comum de “não aceitação do fim do relacionamento amoroso por parte do matador”.

Ainda na fase instrutória, além do policial militar condutor do flagrante, foram ouvidas quatro pessoas: uma professora e duas alunas vinculadas ao Instituto de Ciências Biológicas (IB); e Ronald Neves Ribeiro, pai de Louise. Ao deporem como testemunhas, as três primeiras mostraram-se cientes do namoro. A docente, que foi orientadora de Vinícius em um projeto de extensão, afirmou ter convivido com Louise no período de agosto a dezembro de 2015, quando a vítima, mesmo não sendo bolsista, frequentou a sala de aula do curso justamente por ser namorada do acusado. Com o recomeço das aulas, em fevereiro de 2016, notou que Louise não mais o acompanhava e, ao lhe perguntar discretamente por ela, soube que estaria de férias no Rio de Janeiro. Ao comentarem o relacionamento, as estudantes relataram normalidade, classificando a relação como apropriada à idade. Haveria demonstrações públicas de afeto entre ambos, que andavam sempre de mãos dadas. Ouvido como informante, o Sr. Ronald disse que Vinícius esteve na casa da família uma única vez, acompanhado de Louise na ocasião. Ao indagar à filha se eram namorados, Louise respondeu-lhe, na frente de Vinícius, que seriam apenas colegas de faculdade. O pai só soube de um relacionamento amoroso entre ambos após a morte da filha (Termo de Audiência, fls. 274-278).

## 1.2 O encontro

Na tarde do dia 11 de março de 2016, já declarada a voz de prisão, Vinícius era conduzido por policiais militares e civis à Delegacia de Repressão a Sequestros, quando indicou a localização de alguns itens supostamente pertencentes à Louise, verificados em área de mato

---

<sup>14</sup> Ao abordar o que viriam a ser “crimes passionais”, frisa a autora que “[...] a paixão que move a conduta criminosa não resulta do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca por vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência, da mistura de desejo sexual frustrado com rancor.” (ELUF, 2017, p. 165).

adjacente à garagem da UnB e ao Centro Comunitário Athos Bulcão. Em interrogatório, informou à autoridade policial tê-los dispensado enquanto dirigia de volta à universidade, logo após abandonar o corpo de Louise (fl. 13). Conforme consta do Auto de Apresentação e Apreensão nº 3/2016 – DRS (de fls. 22-23), apreenderam-se, entre outros objetos, uma bolsa que continha: um aparelho celular e um computador do tipo *tablet*, modelo iPad 3; uma calça jeans feminina; uma blusa, de cor azul e detalhes de flores nas cores verde e branca; e um sapato feminino, também azul. Em sede policial, ao prestar declarações, o Sr. Ronald reconheceu todos como propriedade de sua filha (fl. 36). A partir do dispositivo *tablet* apreendido, puderam ser recuperadas mensagens trocadas entre Vinícius e Louise, via aplicativo Messenger. Em 21 de março de 2016, os investigadores apresentaram o Relatório nº 27/2016 – DRS (de fls. 72-149), que teve por objetivo principal analisar os diálogos que antecederam o homicídio – de 08/02/2016 à data do crime. Do total de 27 telas capturadas,<sup>15</sup> alguns trechos merecem destaque:

[...]

9 de fevereiro, 7h10min

Vinícius: Bom dia, xubs! / Tudo bem? / Te amo... / (imagem de coração)

9 de fevereiro, 9h34min

Louise: Oi! Se acalma, eu não tava com internet mt boa ontem, só recebi agr as msgs / Como foi lá? / Essa semana tá bastante corrida pra mim, três pessoas fazendo aniversário, então meu sábado vai ser meio louco hahaa / Conta de Maceió! Achou bonito?

9 de fevereiro, 9h57min

Vinícius: OI XUBS!!!!!!!!!!!! / MEU DEUS!!!! / EU ESTOU CHORANDO DE ALEGRIA!!!!!! / Te amo!!! / Desculpa por tudo / Ficamos completamente sem sinal!!! / Minha vó até foi para o hospital porque n recebeu notícias nossas / Desculpa por tudo! / Te amo! / Espero n ter te magoado em nenhuma forma!!!!!!!!!! / Tranquilo, qualquer coisa a gente se encontra numa noite durante a semana, pode ser? / Quero muito te ver! / Achei a viagem muito boa / [...] / fiquei desesperado porque n consegui falar contigo / Como você está??? / O que fez nesta semana? / Está bem? / Chegou a alguma conclusão? / Te amo mais que tudo!!!!!! / Estou para enlouquecer de saudades!!! / ~caso eu fique algum tempo off é pq eu quebrei o cabo do carregador do tablet... estou tentando economizar bateria para ter um maior range de contato contigo~ / Te amo!!!!!! / Saudades... / Vc n tem noção de como estou feliz com tuas mensagens...

Louise: (imagem de mão com polegar para cima)

Vinícius: Passei uma semana no escuro... / Te amo / (imagem de coração)

Louise: Desculpa o joinha, foi sem querer kkk / Mas feliz pela viagem

Vinícius: de boas...

<sup>15</sup> Captura de tela (também conhecida por *screenshot* e *print screen*, em inglês) consiste na produção de uma imagem que reproduz a tela de um computador em um dado instante (Wikipedia).

Louise: E desculpa a demora também, são mts aniversários meesmo, tô correndo mt / Já volto

Vinícius: Tranquilo... / Podemos nos encontrar na sexta à noite? / Se quiser eu te busco, ok? / Te amo mais que tudo... / Desculpe por tudo / Espero que fiquemos bem... / Ainda acredito em nós... nunca deixei de acreditar... / Beijos... / Até mais... / ~minha mom está chamando~

Louise: É aniversário da minha irmã, eu vou sair com a minha família / Sorry

Vinícius: De boas... / A gente encontra um dia comum... / Até...

[...]

Nos dias que se seguem, Vinícius insiste em tentar encontrar Louise, nitidamente evasiva em relação a convites para jantares e para sessões de cinema. Diante das reiteradas negativas que recebe, ele admite sua persistência:

[...]

20 de fevereiro, 12h31min

Vinícius: Estou sendo mega chato insistente, pois estou morrendo de saudades e semana que vem não terei tempo para nada. [...] / Desculpa estar sendo chato, mas você, acima de tudo, é minha melhor amiga / e eu quero passar um tempinho contigo / Caso ache que eu vá ficar falando sobre nós e forçando a barra, fique tranquila / esta decisão não é minha, portanto devo ser paciente

[...]

A partir do dia 26 de fevereiro, a conversa passa a ter um tom diferente. Vinícius teria ido à residência de Louise, causando-lhe manifesta insatisfação. Repreendido, ele passa a alegar novo pretexto para um encontro: a entrega de um jaleco e outros pertences de Louise que estariam sob sua guarda. Transcreve-se:

[...]

28 de fevereiro, 11h28min

Louise: Então, pq vc apareceu aqui, eu estou de castigo. Nunca apareça na minha casa, fale com meus pais ou deixe nada no correio, NUNCA!!!!!! Acho que só poderemos nos ver na volta às aulas, pq eles estão com raiva. Se passar até o fim da semana eu te aviso. Por favor, nunca envolva minha família em absolutamente nada, nem venha a minha casa, nem fale com meus pais, nunquinha mesmo, pq eu que fico de castigo. E se for falar com eles sobre isso, só piora. Aviso se eles me liberarem no final de semana... E por favor, para de me chamar de xubs e de dizer que me ama... a gente terminou, e isso tá me incomodando há um tempo... tava com pena de te dizer, pq sei que te machuca, mas tá me machucando também...

Vinícius: então até sábado... / desculpe por tudo... / faremos o seguinte então: no sábado passe na unb, na hora que quiser – só me avise antes – para você buscar teu jaleco, uns papéis que estão lá e as coisas que eu quero te entregar. Depois disso eu sumo da tua vida, ok? / Se não quer manter a amizade, paciência. / Só vá no sábado para isso, ok? /

Não precisa sair comigo. Só busque suas coisas. Preciso de espaço no armário. / Até. / Desculpe ter sido um empecilho na tua vida.

Louise: Não precisa ser tão dramático também. Quero manter sim a amizade, mas amigos não dizem que amam nem chamam de xubs... e pode deixar que assim que sair do castigo eu passo, se precisar muito do espaço, pode deixar com a Bruninha que eu pego com ela

Vinícius: Eu prefiro que você venha... / Eu ainda te amo... / Mas pararei de dizer... / Mantere para mim... / Xubs é um apelido carinhoso... / Não necessariamente um apelido com segundas intenções... / Mas, já que prefere, pararei também... / Se quer manter a amizade, pelo menos demonstre isso, ok? / Espero nos encontrarmos antes das aulas começarem, principalmente para te entregar as coisas.

[...]

Na Audiência de Instrução, o pai de Louise foi indagado pelo Juiz de Direito, Dr. Paulo Giordano, quanto a eventual corretivo aplicado à filha, no que respondeu que ele e a esposa nunca deixaram Louise de castigo, além de não ter havido nenhuma desavença na família pelo fato de Vinícius ter estado no prédio em que moravam. Frisou que, apenas após o crime, veio a saber que Louise teria comentado com amigos e com Vinícius acerca de um estágio que conseguira em uma autarquia federal, fato que foi desmerecido pelo réu ao dizer que “serviço público é coisa de incompetente”. Louise teria ficado aborrecida com a atitude, motivo pelo qual sequer recebeu Vinícius quando este foi visitá-la (fl. 279). De todo o exposto, depreende-se que Louise provavelmente tenha aventado o castigo como um subterfúgio, um meio de afastar as investidas de Vinícius, postura que a estaria machucando, ainda que internamente.<sup>16</sup> Para Marie-France Hirigoyen (2006), essa violência psicológica sempre precede a física, articulando-se em torno de vários eixos de comportamentos ou atitudes que constituem microviolências, sutis e difíceis de detectar. Há frases utilizadas para despertar tensão e insegurança; e o modo de dizê-las – o tom, o ritmo de enunciação – se destina a submeter o outro. Seguramente, conclui a autora, certas palavras matam tanto quanto golpes.

Transcorre o diálogo, ainda sob a alegada motivação de devolução do jaleco e outros objetos, sendo Louise convidada também a participar de um curso sobre diafanização.<sup>17</sup> O vocativo “xubs” acabou substituído por “mané”. Chama a atenção dos investigadores a obstinação de Vinícius em encontrar Louise aos sábados ou domingos – “dias em que a

<sup>16</sup> A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) define em seu art. 7º, inciso II: “a violência psicológica [contra a mulher], entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação”.

<sup>17</sup> A diafanização é uma técnica de conservação empregada por pesquisadores para estudar o esqueleto e tecidos de animais pequenos (Wikipedia).

universidade tem menor movimento”. Impressionada, Louise “o questiona, a certa altura da conversa, se ele não poderia encontrá-la no decorrer da semana. Ao que Vinícius diz que sim, porém somente nos finais de tarde/início das noites”. Ressaltam, também, a ênfase para que ela confirmasse a data e hora, fosse sozinha ao encontro e levasse seu *tablet*. Por fim, classificam como sadismo a justificação de Vinícius quanto à necessidade de saber com precisão o horário em que Louise chegaria, posto que precisaria “preparar tudinho” e “reservar o carrinho” (Relatório nº 27/2016 – DRS, fl. 103). Perceba-se:

[...]

2 de março, (horário ilegível)

Louise: Que show de bola esse curso!!! Mas não poderei fazer, já estarei em outro kkkkk fui chamada por um amigo pra ser ajudante dele em um curso sobre meio ambiente e agrotóxicos, e eu já fiz a inscrição... estranho terem dois cursos no mesmo fds né? / Eu ainda estou de castigo, e vou pro curso de carona com meu “orientador”, vou ver se ele pode parar na unb antes p eu buscar tudo / Mas obrigada pelo convite! E aprenda muito lá!!!!

Vinícius: Se puder passe na unb no sábado, ok? / Gostaria que você fosse sozinha somente porque eu quero explicar algumas coisas / Se puder no domingo também... / Prometo que não levará mais de dez minutos / Só quero explicar pessoalmente / E preferiria que fosse a sós... / ok? / Beijos / No sábado e no domingo pode passar a qualquer hora... / Só iria fazer o curso se você fosse... / Qualquer coisa, peça para ele te deixar na unb na volta e depois você pede para teu pai vir te buscar. / Pode ser?

(trecho suprimido no relatório)

Louise: E a última opção é impossível, meu amigo vem me buscar e me deixar na porta... eu estou de castigo ainda... / Mas tento sair uns dez minutos antes e paro aí, peço p ele esperar no carro

Vinícius: Beleza / Então pode ser assim. / Você vem e ele espera no carro, ok? / Pergunta: que horas você vem?

2 de março, 14h27min

Louise: Não sei, vou ver amanhã q hs começa

Vinícius: Beleza / Se puder, traga o iPad, ok? Vou te mostrar algo nas configurações. Vai levar uns quinze segundos somente. / Beijos!

Louise: Beleza

4 de março, 11h19min

Vinícius: Eai, mané! Já sabe a que horas vem? Prometo não demorar mais que dez minutinhos. / Só quero saber o horário para preparar tudinho, ok? E fazer a reserva do carrinho para levar as coisas para o carro... hihhi / Beijos...

Louise: Tenho reunião hj p saber isso! COMO ASSIM CARRINHO??

Vinícius: Beleza / Algumas coisas são frágeis e eu não quero empilhar, dar muitas viagens, ok? / E tem bastante coisa... hihhi

Louise: Por quê? Eu vou rodar com o carro, vc sabe né? N vai quebrar n?

Vinícius: Não vai não / Se colocar lado a lado é de boas / o problema é empilhar / por isso o carrinho / Fica tranquila

4 de março, 16h52min

Louise: Acabei de sair da reunião, o curso é em Alto Paraíso, saio daqui umas 5-5:30 am kkkkk domingo, perto do almoço, vc vai tá na unb?

Vinícius: Estarei, sim! / Então marcamos domingo ao meio-dia, pode ser? / Boa sorte com o curso! Divirta-se! / Perguntinha: no domingo vc vem sozinha? No domingo, estarei na unb a partir das oito, ok? / Caso queira vir mais cedo... ~só me avise o horário, belezinha?~

Louise: Pode ser meio-dia sim! Eu estarei indo almoçar com a galera do trabalho do meu pai, aí paramos aí... não devo estar sozinha pq a família td vai

Vinícius: Seguinte, acabei de falar com a segurança do IB. Só entra quem tem nome na lista. / Eu acabei de checar e você não está na lista... Podemos deixar para terça-feira?

Louise: Eu posso sim, que hs?

Vinícius: Terça durante o início da noite, ok? / Tipo umas oito? / pode ser?

Louise: N vou poder... só de manhã ou almoço, pq n tenho aula à noite, então n poderei ficar...

Vinícius: Sábado que vem você pode? / agora que eu lembrei que tbm tenho aula terça à noite... / de zoovet

Louise: Acho que sim... mas durante a semana vc nunca pode?

Vinícius: Poderíamos marcar para quarta ou quinta à noite

Louise: Ou me esperar com o carrinho de fora do IB, no estacionamento?

Vinícius: que dia você pode? / eu tenho que explicar algumas coisitas... / por isso não queria somente entregar... / sacou...

Louise: Msm assim eu só poderia às 6, 6:30, não depois disso... / Sim, mas vc me explicar fora do IB no domingo, n dá?

[...]

Vinícius: pode ser quinta às seis e meia?

Louise: Pode!

[...]

8 de março, 9h45min

Vinícius: Só confirmando quinta às seis e meia, ok? E este semestre que não acaba? / hihihi

[...]



Nota-se que o encontro foi postergado mais de uma vez. Ao fim, Vinícius logrou confirmá-lo para o dia 10 de março de 2016, quinta-feira, às 18h30min. Nesta data, travou-se um último diálogo via Messenger:

10 de março, 14h56min

[...]

Vinícius: Mané, a sala do projeto será utilizada até umas seis e vinte. Por isso, venho reforçar que venha somente às seis e meia, ok? Para n dar viagem perdida. Beijós

10 de março, 17h44min

Louise: Blz, meu pai vai me esperar no carro, vou com ele. Devemos chegar bem umas 6:30 mesmo

Vinícius: Você está na unb? Queria que viesse sozinha... mas deixa pra lá... / Pode ser então / Me avisa quando estiver vindo, ok?

Louise: Eu vou sozinha... mas ele vai me esperar fora... vc disse que era rápido né

Vinícius: Sim, sim... uns quinze minutinhos no máximo... / Não esqueça o ipad, ok? / Você está na unb?

Louise: Beleza então / Eu tô mas vou pra casa / Aí volto depois p falar com vc

Vinícius: Se quiser pode vir agora...

Louise: Tá, pode ser

Vinícius: Estou no GEM<sup>18</sup>

Conforme depoimento prestado pela professora, Vinícius, cerca de uma semana antes do crime, pediu autorização para utilizar-se da sala onde ocorria parte das atividades do projeto de extensão. Solicitou exclusividade naquela quinta-feira a partir de determinado horário, já que faria um experimento fotográfico com dois colegas a respeito de uma técnica nova, razão pela qual precisaria, inclusive, tapar as janelas. Sem estranhar a solicitação, a docente consentiu, pedindo apenas que Vinícius avisasse outros alunos que rotineiramente faziam uso das instalações. Ao deporem, as duas alunas ouvidas atestaram a comunicação. A uma delas, Vinícius disse repetidas vezes que precisaria fazer uso da sala no dia 10 de março, a partir das 17 horas. Em virtude de um ensaio fotossensível, vedaria os vidros para que não transpassasse luz, além de enfatizar que ninguém poderia entrar (Termo de Audiência, fls. 275-277). Anexou-

---

<sup>18</sup> GEM: sigla correspondente ao Departamento de Genética e Morfologia, vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas (IB) da Universidade de Brasília (UnB).

se, à fl. 41, uma tela de conversa efetuada pelo aplicativo WhatsApp,<sup>19</sup> em que consta mensagem enviada por Vinícius à colega: “[...] seguinte, nesta quinta-feira (10/03) eu precisarei utilizar a sala do projeto a partir das 17 horas. Estou avisando, pois eu preciso que ninguém entre na sala ~trabalharei com um material fotossensível e bastante caro, por isso preciso tomar as devidas precauções [...]”. Interrogado quanto ao encontro marcado com Louise e à alegada experimentação, Vinícius respondeu que:

[...] de fato fez todo o possível para encontrar-se sozinho com ela na UnB, deixando isso claro por meio de mensagens via internet; que quis também encontrá-la numa data específica, mas não para que pudesse preparar um local em que fosse matá-la, mas sim porque queria delimitar o tempo com o propósito de não deixar pendências para pós-morte; que marcou uma data para o encontro pensando em tentar resolver todas aquelas pendências até a citada data; que ainda pensou que revelaria à vítima a intenção suicida e que, se a vítima se manifestasse no sentido do reatamento da relação, talvez desistisse do intento suicida; que o interrogando queria muito contar para ela, porque tinha sido a melhor amiga que já tivera, e ainda porque havia também um componente de chantagem emocional; que o encontro foi marcado para 18h30, mas trocaram mensagens e a vítima disse que iria em casa para então retornar para a UnB; que o interrogando disse que já que ela estava na universidade deveriam se encontrar imediatamente, e por esta razão o encontro deu-se às 18h; que não havia nenhum experimento fotográfico, o interrogando inventou isso tudo para estar com exclusividade no laboratório, para ter privacidade com Louise; que não pretendia tapar as janelas com papel, mas foi obrigado a fazê-lo para não chamar a atenção de [outros alunos], que no dia do crime ficaram perguntando com insistência sobre o experimento; que se encontraram, e Louise deu um abraço fraternal no interrogando; que os dois entraram na sala que o interrogando chama de laboratório [...]. (Trecho do Interrogatório do Acusado, fls. 279-280).

O laboratório, segundo descrição exibida no Laudo de Perícia Criminal 15.542/2016 – IC (de fls. 321-379), estaria instalado na Sala FT-50/8 do prédio do Departamento de Genética e Morfologia, identificada como “Projeto Somos Feitos de Células”. Entre outras informações pertinentes, relata-se no documento que: afixada ao teto do corredor, próximo à entrada da sala, havia uma câmera de segurança; o acesso ao laboratório se fazia por porta de madeira, de duas folhas de abrir, dotadas cada uma de uma janela de vidro, recobertas internamente por papel; e na parede do corredor, ao lado da porta descrita, havia um “Controle de Reserva do Fotomicroscópio”, mostrando-se relevante um dos campos preenchidos em caneta de tinta azul, que denotava reserva para o horário de “16h – 18h” da quinta-feira, dia 10/03/2016, em nome de “Vinícius N.”. De fato, a sala aparentava ter sido reservada e preparada.

Ao analisarem as imagens capturadas pelo sistema de segurança no dia 10 de março, os investigadores da DRS destacaram 33 cenas, dispostas cronologicamente no relatório de investigação (fls. 104-139). Na primeira, Vinícius chega ao Departamento de Genética e

<sup>19</sup> WhatsApp Messenger é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones (Wikipedia).

Morfologia às 14h10min. Nas doze seguintes, passa a entrar e sair do prédio algumas vezes, transitando também entre o laboratório, um banheiro, e uma segunda sala, na qual estaria seu armário pessoal. Ora portava objetos – mochila, rolo de papel pardo, tecido de cor branca -, ora encontrava-se com as mãos vazias. Na Cena 14, às 17h52min, Louise chega ao prédio e Vinícius a encontra na porta. Se cumprimentam rapidamente e seguem ao laboratório. Vinícius caminha na frente. Louise, atrás, faz uso da bolsa e das vestes que foram apreendidas.

### 1.3 Meios de execução e desdobramentos

Atribui-se a Friedrich Nietzsche o pensamento de que “todo grande amor faz nascer a ideia cruel de destruir o objeto desse amor, para o subtrair para sempre ao jogo perverso das mudanças: pois o amor teme mais as mudanças do que a destruição”.<sup>20</sup> Contudo, ninguém mata por amor. Ao fim da linha, esse amor de que com frequência se valem os feminicidas traduz-se em narcisismo, um amor exagerado a si mesmo. Eles não são amorosos, mas egocêntricos e cruéis, o que implica a necessidade de se mostrarem no comando do relacionamento e de causarem sofrimento ao ser desejado acaso rejeitados - a ideia da perda é insuportável. E dessa egolatria surge uma consequência comum em quadros de feminicídios: a confissão espontânea, pois de nada adianta o crime se a sociedade não ficar sabendo (ELUF, 2017). Com Vinícius não foi diferente. Sob holofotes, colocado em foco em virtude da repercussão dada ao caso, declarou pormenorizadamente o assassinato à imprensa, com indisfarçável regozijo. Igualmente, esse detalhamento foi ponto marcante em seus interrogatórios, que trouxeram a lume a provável dinâmica dos acontecimentos após a chegada de Louise ao prédio do Departamento de Genética e Morfologia, conforme se segue:

[...] que os dois entraram na sala que o interrogando chama de laboratório e lá conversaram durante cerca de meia hora; que o interrogando revelou que iria se matar e mostrou o recipiente com clorofórmio, colocando-o sobre a bancada; que Louise ficou muito aflita e pensou que o interrogando fosse cometer o ato na frente dela; que o interrogando disse que não faria aquilo na frente de Louise; que a conversa se estendeu mais um pouco até que o interrogando disse que queria ficar sozinho; que Louise então disse: 'tá, então vou lhe dar um abraço'; que Louise abraçou de novo fraternalmente o interrogando e depois se separaram; que logo que se soltaram o interrogando deu-lhe uma gravata com uma das mãos; que em seguida, fazendo uso da outra mão, jogou um pouco de clorofórmio sobre um pedaço de pano que estava na bancada; que levou o pano à boca e nariz da vítima, que em consequência tonteou; que o interrogando a amparou e a colocou numa cadeira; que em seguida encharcou o pano com bastante clorofórmio, comprimindo-o sobre a boca e nariz da vítima; que manteve essa posição

<sup>20</sup> Da versão traduzida para o inglês: “*Love’s cruel notion. – Every great love brings with it the cruel idea of killing the object of that love, so that he may be removed once and for all from the wicked game of change: for love dreads change more than it does destruction.*” (NIETZSCHE, 1996, Aforismo nº 280, p. 279).

'bastante tempo', até que não percebeu mais sinais vitais em Louise; que o interrogando não teve certeza se ela estava ou não morta, mas, de qualquer modo, abriu-lhe a boca e despejou uma grande quantidade de clorofórmio garganta abaixo; que fez isso para ter certeza de que a vítima iria morrer; que naquele momento o interrogando não teve nenhum sentimento de piedade, apenas raiva, que lhe foi despertada depois do abraço final da vítima; que quando a vítima abraçou o interrogando para despedir-se e disse que sentiria saudades, o interrogando pensou: 'não, você não vai sentir saudades, você me ignorou esse tempo todo'; que depois de despejar o líquido o interrogando utilizou-se de presilhas plásticas, artigo de papelaria, para atar cada um dos tornozelos da vítima aos pés da cadeira; que também atou um dos braços ao braço da cadeira, mais precisamente o braço esquerdo; que deixou a vítima na cadeira e foi até um armário que mantinha no laboratório ao lado, de onde pegou um colchão inflável; que levou o colchão, ainda não inflado, até a sala onde estava a vítima; que cortou as tiras de plástico e colocou a vítima deitada no chão, próximo do colchão; que tirou toda a roupa da vítima e até o absorvente íntimo que ela usava, 'o.b.'; que pensou em manter relações sexuais com ela, pois teve uma 'ereção parcial em razão da adrenalina'; que chegou a colocar um preservativo, mas desistiu da ideia da relação; que o interrogando não tocou as partes íntimas da vítima, não a beijou, não praticou qualquer ato libidinoso; que o interrogando deixou o preservativo sobre a bancada, não sabe por que não foi encontrado; que jogou o colchão sobre o corpo da vítima depois de colocá-la no carrinho; que este carrinho estava próximo do laboratório, e o interrogando o levou para dentro do laboratório; que colocou um saco plástico sobre a cabeça da vítima, que já então sangrava pela boca e nariz; que atou as mãos da vítima novamente, com uma daquelas presilhas plásticas; que amarrou os pés dela com um pedaço de arame que estava no laboratório; que tentou colocar a roupa nela de volta, antes mesmo de colocá-la no carrinho, mas apenas para colocar a calcinha levou muito tempo; que antes mesmo de colocar a vítima no carrinho, pegou as chaves do carro dela e deu uma volta, para pensar no que faria; que neste momento foi que viu o matagal onde depois depositou o corpo; que o interrogando já não pensava mais em suicídio neste momento, queria apenas livrar-se do corpo e dos vestígios do crime; que quando voltou ao laboratório, depois de colocar a vítima no carrinho, transportou-a até o estacionamento onde estava o carro da vítima; que colocou o corpo com pés e mãos atadas, no assoalho traseiro do carro; que levou o carrinho de volta para o laboratório e não se lembra se o colchão ficou no carro; que ao voltar ao laboratório pegou a bolsa da vítima, verde e florida, e dentro dela colocou as peças de roupa da vítima, o tablet, iPhone e material; que levou tudo para o carro; que levou a vítima até o matagal; que colocou o corpo ainda com o saco plástico no rosto, pés e mãos atados, sobre a vegetação; que jogou álcool sobre o corpo da vítima, sem se preocupar em concentrar o álcool na região pélvica ou rosto; que queria apenas livrar-se dos vestígios; que tinha na mochila uma caixa de fósforos que costumeiramente levava para acender o bico de Bunsen; que o fogo concentrou-se na região pélvica e rosto justamente porque a única peça de roupa que a vítima vestia era a calcinha e porque havia plástico sobre o rosto; que voltou para o carro e ao fazer o primeiro retorno em direção a UnB notou que a bolsa da vítima estava no veículo; que por essa razão jogou a bolsa com os pertences em local diverso do corpo; que jogou a bolsa já dentro da UnB, numa área de cerrado; que estacionou o carro de qualquer jeito, levando as chaves; que tomou um ônibus dentro da UnB até a rodoviária; que perdeu a chave em algum momento durante o trajeto; que 'não sabe por que não se matou naquela noite'; [...] que o interrogando matou porque estava com muita raiva momentânea; que o interrogando nunca havia manifestado sua raiva de forma violenta, mas já tinha tido acessos de fúria; que esses acessos se davam quando o interrogando estava sozinho, e nessas ocasiões não atingiu pessoas; que nessas ocasiões procurava manter-se sozinho e quebrava objetos; [...] que o interrogando não agrediu a cabeça da vítima; que em dado momento, a vítima estava na cadeira, atada pelos pés e por uma das mãos, e o interrogando desatou a mão, antes de desatar os pés e colocá-la no chão ao lado do colchão; que o corpo da vítima escorregou pela cadeira e a nuca dela bateu na quina de uma mesa; que o interrogando já tinha checado os sinais vitais dela, não constatando sinal de vida; que fez uma segunda checagem já depois dela ter batido a cabeça, quando colocou a vítima no chão; que já havia despido Louise e notou que a temperatura dela estava muito baixa e não havia sinal de vida; que quando o

interrogando deu uma gravata na vítima, ela tentou resistir, entrou em luta corporal [...]. (Trecho do Interrogatório do Acusado, fls. 280-280v).

Ao chegar em casa, por volta de 22h da data do crime, o Sr. Ronald foi informado por sua esposa, mãe de Louise, que a filha ainda não havia chegado; estaria jantando em uma pizzaria com amigas. Cerca de duas horas depois, a mãe o acorda. Louise ainda não retornara, e seu celular encontrava-se desligado. Tentaram contato com as amigas, sem sucesso. Ao acessar as mensagens enviadas por Louise àquela noite ao telefone da mãe, o pai estranhou as expressões utilizadas e a forma de escrita, incompatíveis com as maneiras da filha, que jamais redigiria, entre outros teores, “eu vou sair com uma amiga, não me esperem”.<sup>21</sup> Preocupado, o Sr. Ronald compareceu à 5ª Delegacia de Polícia e comunicou o desaparecimento de Louise, no que foi registrada a Ocorrência Policial nº 2.917/2016. Ato contínuo, seguiu à pizzaria aonde supostamente Louise teria comparecido, mas o estabelecimento já estava fechado. Dirigiu-se ao campus da UnB e conversou com vigilantes, tendo inclusive informado a placa do carro de Louise. Passou a madrugada à procura da filha. Já pela manhã, foi informado que o veículo se encontrava em um estacionamento da universidade. Deslocou-se até o local e constatou algumas anormalidades: o carro estava parado de frente, com o banco do motorista afastado do volante. Louise costumava estacionar de ré, além de regular o assento bem à frente. Logo, o pai decidiu buscar a chave reserva em sua residência para, posteriormente, avisar a polícia acerca da localização do automóvel. Nesse ínterim, precisamente às 08h45min, recebeu uma ligação telefônica de interlocutor desconhecido, que logo se identificou como sendo Vinícius. Ao perguntar-lhe pela filha, Vinícius respondeu com outra pergunta: “O que aconteceu com Louise?”. O pai retrucou, dizendo que Vinícius deveria saber, porquanto havia sido o último a vê-la. Vinícius, então, admitiu ter marcado o encontro, embora Louise não tivesse aparecido. O Sr. Ronald, em seguida, indagou o porquê de Vinícius não estar no campus ajudando nas buscas, tendo ele respondido não poder, visto que compareceria a uma audiência, referente a um assalto sofrido. O pai insistiu: “Vou te esperar para olhar nos seus olhos e ouvir que você não viu minha filha” (Termo de Declaração, APF nº 6/2016 – DRS, fls. 34-36). Às 9h30min, o Sr. Ronald retornou à delegacia e, às 9h33min, a equipe de perícia da Seção de Crimes contra a Pessoa (SCPe) foi acionada para proceder ao exame do veículo.

---

<sup>21</sup> Quanto às mensagens, Vinícius respondeu: “[...] que a primeira mensagem que enviou para a mãe de Louise, na qual ela disse que chegaria por volta das 18h50, foi enviada a pedido de Louise e com ela ainda viva; que as demais mensagens foram enviadas após a morte de Louise [...]” (Trecho do Termo de Reinquirição, APF nº 6/2016 – DRS, fl. 53).

A fim de atender à solicitação, os peritos criminais compareceram, às 11h55min do dia 11 de março de 2016, ao estacionamento que servia o Instituto de Ciências Biológicas (IB), nas imediações do acesso identificado como “Entrada Sul”. Ali, trancado e já preservado por policiais militares, havia um veículo - marca Citroën, modelo C3, cor prata -, vinculado à pessoa de Louise. Enquanto providenciavam a chegada das respectivas chaves reservas, os peritos foram surpreendidos pela confissão de Vinícius à guarnição da polícia militar, assim relatada pelo soldado condutor do flagrante:

[...] que VINÍCIUS estava chegando àquele estacionamento. Ao conversar com VINÍCIUS, perguntou sobre o seu envolvimento no desaparecimento de LOUISE, no que ele disse: "VOU CONFESSAR", e chamou o depoente para conversarem a sós, pois não queria que as pessoas ali presentes escutassem o que ele iria dizer. Inicialmente o depoente perguntou se ele sabia o que havia acontecido com LOUISE, vez que esta estava desaparecida, no que ele respondeu: "SIM, FOI EU QUE MATEI!". Ao perguntar onde estava o corpo, ele chamou o depoente para acompanhá-lo, pois os levaria no local, entretanto, solicitou que antes gostaria de buscar algumas coisas que estariam no laboratório de biologia. O depoente concordou e o acompanhou até o laboratório, onde ele pegou do interior de um armário duas mochilas, contendo no interior de uma delas um Tablet da marca Galaxy e um jaleco, além de uma sacola tiracolo nas cores cinza e bege, contendo dois frascos de álcool e um frasco de clorofórmio. VINÍCIUS informou que o tablet é de sua propriedade e o jaleco pertence à LOUISE [...]. (Trecho do Depoimento, APF nº 6/2016 – DRS, fl. 2).

Os frascos de clorofórmio e de álcool corresponderiam àquelas substâncias utilizadas para matar e queimar a vítima, respectivamente. O jaleco servira como um dos pretextos empregados por Vinícius para que Louise fosse ao seu encontro. Suspendeu-se, naquele momento, a averiguação do veículo. Com orientação de Vinícius, policiais militares e civis percorreram cerca de 3 km e alcançaram, às 12h10min, uma região de matagal adjacente ao Minas Brasília Tênis Clube (MBTC), no Setor de Clubes Esportivos Norte (SCEN), às margens da Via L4. Conforme descrição pelos peritos criminais, o lugar exibia-se como uma área erma de vegetação de médio porte, desprovida de iluminação artificial imediata, separada da pista por uma faixa gramada de aproximadamente 36 metros de largura. Em meio ao mato e seis metros adentro, ao fim de um rastro sinuoso caracterizado pelo amarfanhamento da vegetação, encontrou-se o corpo de Louise. Dispunha-se em decúbito ventral, com a hemiface esquerda apoiada sobre o solo; manietada por uma abraçadeira plástica, com os punhos dispostos acima da cabeça; membros inferiores estendidos e juntos entre si, com os pés envoltos por segmento de arame. Sob ela e em suas adjacências, observou-se uma área de queima, de formato tendente a circular, na qual se viam cinzas provenientes da vegetação e do corpo – as regiões genital, perineal, das coxas e do hipocôndrio esquerdo sofreram carbonização, além de se verificarem queimaduras em menor grau na face, mama, axila e orelha esquerdas. Trajava apenas calcinha,

parcialmente consumida pela ação do fogo. Sua cabeça recobria-se parcialmente por um saco plástico, derretido em algumas porções e aderido ao rosto em virtude de sangramento verificado a partir das narinas. A língua estava protraída e o cabelo chamuscado, sobretudo na porção posterior da cabeça (Laudo de Perícia Criminal 15.542/2016 – IC, fls. 321-327).

Realizada *a posteriori* por perita médico-legista, a autópsia constatou, conforme apresentado no Laudo Cadavérico nº 10.446/16 – IML/PCDF (de fls. 177-183), que a “morte ocorreu por asfixia por ação de meio físico-químico”, não sendo “possível determinar o mecanismo da asfixia, podendo ser decorrente de obstrução direta das vias aéreas, imersão em meio líquido ou confinamento”. Ademais, o documento informou que a traqueia não exibía fuligem e contava com líquido escurecido em seu interior; e que, após rebatimento do couro cabeludo e abertura da calota craniana, foi observado hematoma subgaleal.<sup>22</sup> Por fim, após análises laboratoriais, detectou-se a presença de clorofórmio em uma das amostras biológicas pesquisadas. De posse dos resultados da necropsia, que caracterizaram a morte de Louise como de natureza violenta, os peritos criminais puderam interpretar o local em que o corpo foi abandonado e os achados perinecroscópicos.<sup>23</sup> Assim registraram:

[...] Podem ter contribuído para a asfixia o saco plástico [...] e a substância química clorofórmio, detectada quando dos exames laboratoriais realizados no IML/PCDF. O saco plástico, quando colocado de modo a envolver a cabeça, seria eficiente para produzir a morte por asfixia por dois mecanismos distintos (mas não excludentes) de privação de oxigênio: (i) por sufocação, produzindo a obstrução física dos orifícios oronasais; e (ii) por confinamento, ao gerar um microambiente restrito ou fechado sem condições de renovação do ar respirável. O clorofórmio, se ingerido ou inalado, poderia atuar como depressor do sistema nervoso central, além de apresentar propriedades farmacológicas de anestesia, do tipo geral, quando em concentrações tóxicas nos tecidos. Assim, seria eficiente para causar inconsciência e analgesia, além de reduzir ou eliminar a propulsão respiratória e os reflexos que mantêm as vias respiratórias desbloqueadas. [...] No intuito de estabelecer-se o diagnóstico diferencial da morte violenta constatada, se decorrente de homicídio, suicídio ou acidente, tornam-se relevantes, além das já apresentadas, as seguintes observações: (i) a vítima apresentava seus punhos manietados por uma abraçadeira plástica (ou lacre), de cor preta. A presença de equimoses, de formatos lineares e de aspecto vermelho-claro, observadas nas faces anterior e medial do punho direito, é indicativa de que LOUISE foi manietada em vida, independente de consciência. Ainda, a localização das equimoses indica que, originalmente, seus punhos se achavam dispostos de forma diversa da que foram encontrados; (ii) a vítima encontrava-se com seus pés envoltos por um segmento de arame galvanizado, o qual perfazia duas voltas e encerrava em um nó simples, certamente prejudicando sua mobilidade; (iii) as características do matagal em que o cadáver foi encontrado [...] inviabilizariam a visualização do corpo, p. ex., por quem transitasse na Via L4 Norte. Ademais, o rastro sinuoso [...] indica que o cadáver foi arrastado desde o limite sudoeste da área de matagal até o ponto no qual se encontrava.

<sup>22</sup> O hematoma subgaleal figura como um dos sinais relacionados a traumatismos cranioencefálicos, sendo produzido pelo acúmulo de sangue entre a aponeurose epicraniana (gálea) e o periósteo externo. Sua constatação pelo exame necroscópico motivou a indagação a Vinícius, em interrogatório judicial, quanto à ocorrência ou não de agressão efetuada contra a cabeça da vítima.

<sup>23</sup> Exame perinecropsópico é a análise externa do cadáver e daquilo que se encontra em suas imediações.

Corroborar essa ideia a disposição dos membros superiores e inferiores da vítima, estendidos e alinhados com o tronco [...]; e (iv) o padrão de queima verificado no corpo, sob ele e em suas adjacências indica que, já disposta sobre o solo do matagal, em decúbito ventral, com o saco plástico envolto a sua cabeça e seminua – trajando apenas uma calcinha –, LOUISE teve fogo ateado a seu corpo, tendo como foco principal a região entre as coxas, daí decorrendo as queimaduras constatadas, que alcançaram o 4º grau (carbonização), as quais não apresentaram regiões avermelhadas em suas bordas, o que indicaria reação vital. A coloração amarelada-acastanhada observada nas margens das queimaduras decorre de ação térmica em cadáveres, concluindo-se, portanto, que as mesmas foram produzidas após a morte. A ausência de fuligem na traqueia, constatada durante o exame necroscópico, torna-se irrelevante no presente caso, posto que os orifícios respiratórios se achavam obstruídos pelo segmento de saco plástico. A relativa delimitação da região queimada e sua intensidade indicam com alta probabilidade a ocorrência do denominado efeito pavio. Iniciado o fogo, com chama, a gordura corporal, e a região pélvica feminina nela é rica, o alimenta de forma lenta. O tecido da calcinha poderia funcionar como pavio. Nada obstante a não detecção, durante os exames laboratoriais, de compostos orgânicos que pudessem ter sido empregados como acelerantes, dada à volatilidade inerente a tais substâncias, os peritos criminais não descartam sua utilização. Por fim, frisa-se que a carbonização das regiões genital e perineal do corpo de LOUISE inviabilizou a realização de exames que visassem constatar a ocorrência de abuso sexual eventualmente por ela sofrido. Destarte, diante do exposto, concluem os peritos criminais que LOUISE MARIA DA SILVA RIBEIRO foi vítima de morte violenta, na modalidade homicídio.<sup>24</sup> Não foi possível precisar materialmente, contudo, o local em que o óbito se dera [...]. (Trecho do item “Análise e Interpretação de Vestígios”, Laudo de Perícia Criminal 15.542/2016 – IC, fls. 332-334).

Em um segundo momento, aproximadamente às 16h do dia 11 de março, os peritos criminais regressaram ao Instituto de Ciências Biológicas, quando então examinaram o veículo e, subsequentemente, o laboratório – Sala FT-50/8. No automóvel, mostrou-se de maior interesse pericial uma caixinha de fósforos verificada em um dos porta-objetos, diante da plausibilidade de que estivesse relacionada ao processo de queima do corpo, posto que “contava com apenas 46 (quarenta e seis) unidades de palitos, aquém do total original de 50 (cinquenta), além de apresentar apenas dois riscos em uma de suas faces laterais”, o que a definia como nova e pouco utilizada. No interior da sala, que comportava mobiliário e equipamentos típicos de ambientes laboratoriais, mostraram-se relevantes, além de um carrinho para transporte de materiais, os seguintes objetos, verificados no interior de uma das lixeiras ali presentes: duas abraçadeiras de plástico e dois segmentos de arame galvanizado, todos seccionados e similares àqueles observados nos punhos e pés de Louise; e um colar feminino, feito em linhas e contas de plástico, que se achava rompido por tração e exibia aderência de fios de pelo humano. No Instituto de Pesquisa de DNA Forense (IPDNA/PCDF), constatou-se que, em umas das abraçadeiras, havia mistura de material biológico proveniente de ao menos duas pessoas, com maior intensidade para alelos coincidentes com aqueles identificados no perfil genético extraído do corpo de Louise. Com fulcro em tais vestígios, sugeriram os peritos criminais que parte do evento que culminou

<sup>24</sup> Em Criminalística, o termo homicídio é utilizado em sua acepção vernacular, e não jurídica.



no óbito de Louise ocorrera no laboratório ou em suas imediações, onde ela parece ter sofrido restrição de seus movimentos por meio das abraçadeiras e arames, que posteriormente foram cortados e descartados. Quanto ao carrinho, concluíram ser ele resistente o suficiente para transportar um corpo de compleição física semelhante à de Louise (Laudo de Perícia Criminal 15.542/2016 – IC, fls. 327-334). Tal instrumento, portanto, pode ter sido aquele utilizado por Vinícius para carregar Louise até o veículo. Segundo os investigadores da DRS, imagens tomadas pela câmera de vigilância mostram que na Cena 25, às 21h52min do dia 10 de março, Vinícius passa pelo corredor e sai do prédio empurrando um carrinho, sobre o qual estaria o corpo de Louise encoberto por um colchão inflável, vazio. Na captura subsequente, às 22h01min, volta com o carrinho e dirige-se ao laboratório, momento em que olha para as próprias mãos. Após guardar alguns objetos – colchão, sacola e tecidos - em seu armário, Vinícius deixa o prédio portando apenas sua mochila às 22h51min, última cena (Relatório nº 27/2016 – DRS, fls. 131-139).

Preconiza-se, em modelo de protocolo endereçado aos países da América Latina,<sup>25</sup> que as atividades investigativas de crimes perpetrados contra a mulher devem ser organizadas de modo que permitam a coleta de provas hábeis a demonstrar os elementos dos tipos penais que constituam a hipótese principal, tais quais o bem jurídico tutelado, os sujeitos ativo e passivo, a modalidade da ação, os possíveis motivos do crime, o grau de participação, além de circunstâncias que atenuem, agravem ou qualifiquem o delito. Interessam, então, aspectos como a disposição em que o corpo foi encontrado, os tipos de violência empregados *ante e post mortem*, a situação de risco ou vulnerabilidade da vítima no momento do crime, bem como o desequilíbrio na relação de poder entre homem e mulher. Nesse contexto, outro ponto importante seria particularizar a motivação do agressor – discriminação, ódio pela condição da mulher ou razões de gênero -, evitando-se argumentos que justifiquem a conduta do autor ou que culpabilizem a vítima (MODELO DE PROTOCOLO, 2014).

Pelos elementos de informação elencados nos autos do processo e aqui resumidos, tais linhas parecem ter sido seguidas pela investigação. Ações e meios empregados por Vinícius contra Louise foram objetiva e largamente demonstrados, tanto nos dias que antecederam a morte, como nas horas pós-delito. Quanto ao móvel do crime, alicerçado na não aceitação de

---

<sup>25</sup> O modelo, baseado em padrões internacionais em matéria de direitos humanos, atende às necessidades e realidades dos países latino-americanos, tendo como objetivo servir de instrumento prático às instituições pertinentes para que possam abordar as mortes violentas de mulheres sob uma perspectiva de gênero. Com enfoque multidisciplinar, reflete um esforço para que as investigações e persecuções penais integrem fatores individuais, institucionais e estruturais, elementos essenciais para que se entenda adequadamente o crime e se forneçam respostas apropriadas (MODELO DE PROTOCOLO, 2014, p. 2).

Vinícius acerca do término do relacionamento amoroso que mantinha com a vítima, ele próprio o elucida ao dizer que, quando pensa sobre o delito, vários sentimentos ruins afloram, entre eles raiva, arrependimento, angústia e dor; e que, “no momento do homicídio, teve uma sensação de controle, o que na hora foi muito bom, mas lembrar disso dói” (Termo de Reinquirição, APF nº 6/2016 – DRS, fl. 54).

## CAPÍTULO 2 – DAS TESES DE ACUSAÇÃO E DE DEFESA À SENTENÇA

A Constituição Federal de 1988 define o Ministério Público como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, *caput*, CF), o que confere ao órgão ministerial o caráter de *custos legis*. Entre suas funções institucionais, seguindo os ditames da Lei Maior, o art. 257 do Código de Processo Penal contempla a titularidade privativa na promoção da ação penal pública (inciso I) e a fiscalização da execução da lei (inciso II). Com base nos dispositivos aludidos, Eugênio Pacelli (2017) esclarece que, embora existam posicionamentos contrários, o Ministério Público não pode ser visto como órgão de acusação, mas sim como legitimado a acusar, nas ações penais públicas, se convencido da materialidade criminosa e da autoria. Enquanto órgão estatal, o *parquet* tem como missão constitucional defender não os interesses acusatórios, mas sim a ordem jurídica, posicionando-se imparcialmente. E dessa imparcialidade, atrelada à busca pela verdade e à realização de justiça, decorre a máxima de que ao Estado, e portanto ao Ministério Público, deve interessar tanto a condenação do culpado quanto a absolvição do inocente, em mesma medida.

Na construção de seu convencimento – de sua *opinio delicti* –, o Ministério Público costumeiramente se vale do inquérito policial, peça que, embora dispensável, visa possibilitar que o titular da ação penal formule sua tese e ingresse em juízo. Renato Brasileiro (2013, p. 71) o classifica como um procedimento inquisitório e preparatório, presidido pela autoridade policial, que reúne as diligências realizadas pela polícia investigativa com objetivo de identificar fontes de prova e colher elementos de informação acerca da infração penal. De natureza instrumental, se destinaria a esclarecer os fatos delituosos trazidos na notícia de crime, subsidiando, portanto, a opção ministerial pelo oferecimento ou não da denúncia. No que tange à judicialização de casos de mortes violentas de mulheres, diretrizes foram especificamente traçadas, de modo a permitir que as teses de acusação alcancem com êxito a punição dos agressores.<sup>26</sup> O passo inicial seria incorporar a perspectiva de gênero na denúncia, introduzindo uma mudança de olhar sobre o crime e as circunstâncias nas quais foi praticado. Em matéria de

---

<sup>26</sup> O documento “Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres – feminicídios” é resultado do processo de adaptação do Modelo de Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero à realidade social, cultural, política e jurídica em nosso país (BRASIL, 2016). No âmbito do Distrito Federal, o MPDFT adaptou tais orientações a partir das especificidades da realidade local, publicando-se o trabalho intitulado “Diretrizes distritais de investigação criminal com perspectiva de gênero”. A publicação ressalta que as diretrizes não vinculam a atuação do Ministério Público, dada a independência funcional de seus membros, embora simbolizem um conjunto de boas práticas, reconhecidamente exitosas e, portanto, de recomendável adoção (ÁVILA, 2016).

feminicídios, então, considera-se bem-sucedida uma tese que apresente ao juiz e aos jurados meios de convicção sobre as razões de gênero que motivaram o comportamento delitivo e resultaram na morte da mulher; os danos causados às vítimas diretas e indiretas; a responsabilidade dos autores; e os elementos que permitam confrontar diferentes interpretações entre os operadores jurídicos quanto à classificação de morte por “razões da condição de sexo feminino” e quanto ao conceito de gênero (BRASIL, 2016).

Na hipótese de homicídio perpetrado contra a mulher, oferecida a denúncia e recebida pelo juiz responsável, a prevalência do interesse punitivo do Ministério Público não se fará sem resistência, sob amparo do princípio constitucional da ampla defesa. Isso porque, conforme Nestor Távora e Rosmar Alencar (2017, p. 48), “teremos, de um lado, a pretensão do Estado de fazer valer o direito material, aplicando a pena ao caso concreto, e, do outro, o *status libertatis* do imputado, que só pode ser apenado após o devido processo legal”. A contradita do réu será obrigatória, como previsto pelo art. 133 da Constituição Federal ao trazer a indispensabilidade do advogado à administração da justiça; bem como pela Súmula nº 523 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual, no processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta. Tamanha importância faz do advogado, nas palavras de Gladston Mamede (2011), um servidor da sociedade, ao permitir que cada pessoa se apresente perante o Estado. Seria um consultor, um verdadeiro padroeiro que, dispondo de parcialidade, confere expressão técnica aos anseios de seu representado.

Levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, o homicida, quando condenado, percebe uma pena aplicada pelo juiz presidente após quesitação respondida pelos jurados que, segundo Evandro Lins e Silva (1997), representam o pensamento médio da coletividade, de forma leiga e sem compromissos doutrinários. A lei, para o júri, seria apenas um parâmetro, já que seu julgamento é de consciência.<sup>27</sup> Por essa razão, e após o Código Penal de 1940 abolir a dirimente da “perturbação dos sentidos e da inteligência”, prevista no código anterior, advogados fabricaram a tese da legítima defesa da honra, emplacada numerosas vezes, com sucesso, para absolver assassinos de mulheres ou atenuar as punições impostas.<sup>28</sup> Hoje, todavia, como traz Luiza Nagib Eluf (2017), a Constituição Federal equipara homens e mulheres em direitos e obrigações, sem deixar dúvidas quanto à plena cidadania feminina. Por incitar a discriminação

---

<sup>27</sup> Conforme previsão do art. 472 do Código de Processo Penal, os jurados são exortados a examinar as causas com imparcialidade e a proferir a decisão de acordo com sua consciência.

<sup>28</sup> A sociedade algumas vezes admitia a alegação da “legítima defesa da honra”, sobretudo em casos de infidelidade, porque, quando o novo código entrou em vigor, existiam, como ainda hoje existem, resíduos da concepção atrasada de que a traição conjugal é um insulto, uma agressão ao cônjuge enganado. Havia, então, uma inclinação dos jurados em atenuar de muito a responsabilidade do criminoso (SILVA, 1997, p. 197).

de gênero, a apresentação da referida tese em plenário mostra-se inadmissível, dada sua flagrante inconstitucionalidade. No entanto, Alberto Amaral (2017) destaca que, a partir da inserção de um quesito absolutório genérico ao Código de Processo Penal - “O jurado absolve o acusado?” (art. 483, § 2º) -, essa temerária argumentação a-jurídica tem sido revivida de forma velada nos tribunais.<sup>29</sup> Dada a prescindibilidade de fundamentação por parte dos jurados, que não explicitam os porquês da formação de sua íntima convicção, de suas respostas às perguntas, viabiliza-se o cenário, impossível de ser provado, em que a absolvição do réu é ensejada pela legítima defesa da honra, ainda que a defesa tenha sustentado outras questões fáticas ou jurídicas.

Nesse contexto, uma alegação atualmente exibida ao júri pela defesa, de forma expressa, tem sido a de homicídio privilegiado, que, nos termos do art. 121, § 1º, do Código Penal, é o cometido por relevante valor moral ou social, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima. Dentro dessa construção, municiada de preconceitos e estereótipos de gênero, são apresentados elementos que enaltecem o homem em detrimento da mulher, revelando-se uma cultura machista e patriarcal: “a vítima será considerada responsável pela violência perpetrada” (BRASIL, 2016, p. 107). A título de exemplificação, trazem-se as palavras de Waldir Troncoso Peres, advogado criminalista que atuou em incontáveis casos de homicídios praticados contra mulheres, que assim ilustraria a gênese do impulso de matar demonstrado por seus clientes: “arrancar o amor de dentro do homem, arrancar o sentimento de vida, arrancar aquilo que lhe é imanente, aquilo que lhe é próprio, aquilo que é a matriz que conduz a sua vida, é a mesma coisa que matá-lo. Então, ele se sente no direito de matar porque ele está em legítima defesa” (ELUF, 2017, p. 251). Em sentido contrário, ao publicar trechos de suas acusações no júri enquanto Promotor de Justiça, Roberto Lyra defendia que:

O verdadeiro passionai não mata. O amor é, por natureza e por finalidade, criador, fecundo, solidário, generoso. Ele é cliente das pretorias, das maternidades, dos lares e não dos necrotérios, dos cemitérios, dos manicômios. O amor, o amor mesmo, jamais desceu ao banco dos réus. Para os fins da responsabilidade, a lei considera apenas o momento do crime. E nele o que atua é o ódio. O amor não figura nas cifras da mortalidade e sim nas da natalidade; não tira, põe gente no mundo. Está nos berços e não nos túmulos. (LYRA, 2015, p. 742).

Embora diametralmente opostos, ambos os posicionamentos se servem da função poética da linguagem, da retórica, enriquecidos com metáforas e com forte carga de subjetividade. Como explicação, Gabriel Chalita (2007) pontuaria que, no discurso de advogados

---

<sup>29</sup> Art. 483, do CPP: “Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre: I – a materialidade do fato; II – a autoria ou participação; [...] § 2º Respondidos afirmativamente por mais de 3 (três) jurados os quesitos relativos aos incisos I e II do caput deste artigo será formulado quesito com a seguinte redação: O jurado absolve o acusado?”.

e promotores no Tribunal do Júri, comparecem tanto aspectos racionais quanto emocionais, indissociáveis, que se fundem na elaboração das frases escolhidas por aqueles profissionais. Ressalta, ainda, que o elemento emocional é crucial no convencimento dos ouvintes, sendo o mais determinante nas decisões tomadas pelos jurados. Portanto, ao serem analisadas as fundamentações empregadas pela defesa de Vinícius e pela acusação, a cargo do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ter-se-á em mente que os argumentos, mesmo que revestidos de legalidade e eticidade, destinavam-se, ao fim e ao cabo, a conduzir o Conselho de Sentença a uma determinada posição, em verdadeiro processo de sedução.<sup>30</sup>

## 2.1 A denúncia pelo Ministério Público

Aos 11 de março de 2016, data da prisão de Vinícius, foram ouvidos em sede policial, além do próprio conduzido, o policial militar condutor do flagrante e duas testemunhas - a professora e um agente de polícia lotado na Delegacia de Repressão a Sequestros. Por conseguinte e em um primeiro momento, o delegado de polícia, Dr. Leandro Ritt, entendendo estarem presentes a autoria e a materialidade do ilícito penal constante do APF nº 6/2016 – DRS, indiciou Vinícius Neres Ribeiro como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, e art. 211, *caput*, na forma do art. 69, todos do Código Penal, além de determinar providências de praxe (Despacho Ordinatório, fl. 15). Por indiciado entende-se “aquele que tem contra si indícios convergentes que o apontam como provável autor da infração penal, isto é, há juízo de probabilidade de autoria” (LIMA, 2013, p. 109).

No dia seguinte, procedeu-se à audiência de custódia. Na ocasião, o Ministério Público manifestou-se pela conversão da prisão em flagrante em preventiva, bem como para que fosse oficiado o gestor da unidade prisional a fim de que se tomassem medidas pertinentes à alegada intenção suicida de Vinícius; a defesa requereu a concessão de liberdade provisória. Embasado nos elementos de informação concretos presentes no auto de prisão e após interrogar o autuado, o Juiz de Direito, Dr. Carlos Fernando Fecchio dos Santos, decidiu que, nada obstante a primariedade de Vinícius e seus bons antecedentes, “a repercussão social dos fatos, amplamente divulgados pela imprensa, aliada aos indícios de desassossego à segurança e à própria vida do autuado” ensejariam, naquele momento, à ineficiência das medidas cautelares alternativas à

---

<sup>30</sup> Prevê o art. 447 do Código de Processo Penal que: “O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento”. Tal conselho, ao responder aos quesitos formulados pelo presidente, decide sobre a matéria de fato e se o acusado deve ser absolvido ou não (<https://www.tjdft.jus.br>).

prisão (art. 319, CPP) e à necessidade de manutenção da custódia cautelar. Desta feita, converteu-se a prisão flagrancial de Vinícius em preventiva, assegurando-lhe a prestação de atendimento psicossocial no cárcere.

Em novo ato, a autoridade policial resolveu alterar o indiciamento original. Reconsiderou-se o teor do interrogatório prestado por Vinícius, sobretudo quanto ao detalhamento do relacionamento amoroso que havia mantido com Louise e à subtração do frasco de clorofórmio, ao qual ele teve acesso facilitado em virtude de sua iniciação científica no Departamento de Genética e Morfologia. Consequentemente, foi acrescido ao homicídio o inciso VI do § 2º do CP; como também se atribuiu a Vinícius a conduta prevista no art. 155, § 4º, inciso II, também do CP, qualificando-se o furto pelo abuso de confiança. Entre as providências decorrentes, os autos foram reencapados com as novas classificações (Despacho de Indiciamento, fl. 51). Por fim, na data de 21 de março, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º do CPP, o delegado de polícia relatou minuciosamente todo o apurado e concluiu o Inquérito Policial nº 6/2016 - DRS, com especial atenção às oitivas tomadas e às informações analisadas pelos investigadores da DRS - conversa via Messenger entre o autuado e a vítima; e filmagens capturadas pelo sistema de câmeras. Manteve o indiciamento ulterior e encaminhou o procedimento diretamente à apreciação do juiz competente (Relatório Final, fls. 151-162).

A 8 de abril de 2016, o Ministério Público, com fulcro no referido inquérito e representado pelo Dr. Marcello Oliveira Medeiros, Promotor de Justiça, ofereceu denúncia em desfavor de Vinícius por infração ao art. 121, § 2º, incisos I, III, IV e VI c/c art. 211, todos do Código Penal. Quanto ao crime de furto qualificado, constante do despacho de indiciamento, vislumbrou que o fato estaria inserto no contexto dos atos destinados ao homicídio, pelo que propôs o arquivamento quanto àquela hipótese. Segundo dispõe o art. 41 do CPP, a denúncia “conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas”. Para Eugênio Pacelli (2017), a exigência de que se exponha o crime conjuntamente com suas circunstâncias viabiliza o exercício da ampla defesa, já que, ao conhecer com precisão os limites da imputação, pode o denunciado a ela se contrapor o mais amplamente possível. Mas também, por outro lado, permite-se com a exatidão que o órgão jurisdicional subsuma justa e adequadamente o fato narrado à norma penal prevista no ordenamento. Em obediência a tal requisito, assim declarou o Ministério Público ao subdividir a narração dos fatos delituosos em duas séries:

## 1ª SÉRIE

No dia 10 de março de 2016, por volta de 19h00min/20h00min, nas dependências do prédio do Curso de Biologia [...], o denunciado, querendo matar, causou na vítima Louise Maria da Silva Ribeiro as lesões descritas no laudo cadavérico anexo, que em seu conjunto, e em razão de sua gravidade e sede, foram causa suficiente de sua morte. / O acusado agiu por motivo torpe, eis que matou a vítima por não se conformar com o término do relacionamento amoroso que com ela mantivera. / O denunciado agiu com emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima (dissimulação) eis que, sob falso pretexto destinado a atraí-la, marcou um encontro no local dos fatos, atacando-a quando esta não tinha qualquer razão para suspeitar de suas reais intenções. / O crime foi praticado com emprego de asfixia. / O acusado premeditou o crime de forma metódica, decidindo hora, lugar e meio de execução. Assim sendo, ao encontrar-se com a vítima e manter com ela algum diálogo, a atacou com um lenço embebido em clorofórmio para reduzir sua resistência. Em seguida, amarrando-a a uma cadeira, fez com que ela ingerisse clorofórmio, causando intenso, desnecessário e prolongado sofrimento. / O delito foi praticado contra mulher, por razões da condição de sexo feminino, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (feminicídio), pois o denunciado e a vítima mantiveram relacionamento amoroso até pouco tempo antes dos fatos.

## 2ª SÉRIE

Imediatamente após os fatos narrados na série anterior, o acusado destruiu parte do cadáver da vítima, mediante emprego de fogo, depois de transportá-lo para local ermo com o intuito de ocultá-lo. / Após matar a vítima o denunciado colocou o corpo em um carrinho de laboratório, cobrindo-o com um colchão inflável para depois transportá-lo no veículo a ela pertencente, até o local em que foi deixado. / Assim agindo o denunciado está incurso no art. 121, § 2º, incisos I, III, IV e VI, § 2º-A, inciso I do Código Penal c/c art. 5º, inc. III da Lei nº 11.340/06; e art. 211 do Estatuto Penal, razão pela qual o MINISTÉRIO PÚBLICO requer a instauração de ação penal, citando-se o acusado para respondê-la em todos os seus termos.<sup>31</sup> / Requer, ainda, sejam intimadas as pessoas adiante arroladas para que deponham a respeito dos fatos. (Denúncia pelo MPDFT, fls. 2-2a).

Em decisão exarada pela autoridade judiciária à fl. 187, a denúncia foi recebida. Conforme o magistrado, a conduta imputada foi descrita de forma clara e precisa, além de não haver nenhuma causa que justificasse a rejeição prematura da peça de ingresso. Quanto ao crime de furto, pela dinâmica narrada nos autos, o arquivamento restou aperfeiçoado, aplicando-se o princípio da consunção – o crime meio foi absorvido pelo crime fim, de homicídio. Finalmente, determinou-se a citação de Vinícius, agora réu, para responder à acusação, por escrito e no prazo de dez dias, por advogado que constituir, ficando advertido que, ausente a resposta, ser-lhe-ia

<sup>31</sup> Crimes imputados na denúncia: Art. 121. Matar alguém. / Homicídio qualificado - § 2º Se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. / § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; / Art. 211 - Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele (todos do Código Penal). / Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Lei Maria da Penha).



nomeado defensor dativo para o exercício da defesa técnica. Em 17 de abril de 2016, no Centro de Detenção Provisória (CDP), Vinícius foi devidamente citado e intimado.

## 2.2 Argumentos da defesa e recebimento da denúncia

Assinala Cleber Masson (2015) que as hipóteses de homicídio qualificado são criadas quando o legislador, com base no tipo fundamental previsto no *caput* do art. 121 do Código Penal, a ele agrega circunstâncias trazidas no respectivo § 2º, que elevam em abstrato a pena do homicídio simples – a reclusão, antes de seis a vinte anos, é sensivelmente majorada aos limites de doze a trinta anos. Tais qualificadoras podem ser classificadas como de índole subjetiva, relacionando-se aos motivos do crime, ou seja, concernindo ao agente e não ao fato; ou como de natureza objetiva, quando respeitarem aos meios e modos de execução do homicídio. Frisa o autor que, quando de índole objetiva, as qualificadoras devem integrar o dolo do responsável pelo homicídio, sob pena de se configurar a responsabilidade penal objetiva.

Feitos os esclarecimentos, passa-se a analisar a resposta à acusação formulada pela defesa do réu (de fls. 215-221), subscrita pelas advogadas Dra. Vânia Lima e Dra. Tábata Silva. Quanto ao mérito, argumentou-se que as qualificadoras de cunho subjetivo aventadas pelo órgão ministerial não deveriam prosperar, vez que Vinícius, ao praticar o homicídio, encontrava-se sob estado de violenta emoção logo após injusta provocação da vítima. Como elucidação, a peça trouxe ensinamentos de Nelson Hungria, segundo o qual a “emoção é um estado de ânimo ou de consciência caracterizado por uma viva excitação do sentimento. É uma forte e transitória perturbação da afetividade, a que estão ligadas certas variações somáticas ou modificações particulares da vida orgânica”;<sup>32</sup> e de Cleber Masson, para quem a injusta provocação é aquela sem motivo justificável, não se exigindo que a vítima tenha tido a intenção de provocar, bastando que o agente se sinta provocado injustamente.<sup>33</sup> Defendeu-se, então, que em momento algum Vinícius teria planejado o crime. Seu objetivo era suicidar-se mas, no decorrer da conversa, teria sido “embebido de violenta emoção, fato que levou ao desfecho morte”, conforme depreendido dos seguintes trechos de seu interrogatório em âmbito policial:

[...] **Até a data de ontem, 10/03/2016, não havia nenhuma intenção de matar LOUISE, pois queria conversar com ela antes de se matar.** Decidido a se suicidar, marcou um encontro com LOUISE ontem, por volta das 18h00 na sala do projeto “somos fitos de células” do Departamento de Genética e Morfologia. [...] LOUISE acalmou-se mas ainda estava com medo de que o interrogando fosse fazer algum mal a

---

<sup>32</sup> Cf. HUNGRIA (1979, p. 132).

<sup>33</sup> Cf. MASSON (2015, p. 24).

ela, tendo novamente falado que nenhum mal faria a ela. **Terminada a conversa, antes de ir embora, LOUISE lhe deu um abraço, fato que desencadeou um ataque de fúria no interrogando,** tendo a agarrado pelo pescoço com o braço esquerdo e com o braço direito, derramou o clorofórmio em um pano branco que era utilizado para limpar a bancada, pois o clorofórmio já estava sobre a bancada visto que o interrogando, durante a conversa demonstrou como iria se suicidar [...]. (Trecho do Interrogatório, APF nº 6/2016 – DRS, fl. 11-12, grifos das advogadas).

Posto isso, alegou a defesa que a conduta típica atribuída a Vinícius deveria ser a de homicídio privilegiado-qualificado, art. 121, § 1º c/c o § 2º, inciso III, do Código Penal, subsistindo apenas a qualificadora pela asfixia, já que a doutrina majoritária e os Tribunais Superiores reconheceriam a possibilidade de coexistência entre a circunstância privilegiadora do § 1º e as qualificadoras de cunho objetivo. Requereu-se, então, a desclassificação do crime de homicídio qualificado para o homicídio privilegiado-qualificado, nos termos do art. 383 do Código de Processo Penal. Nessa alteração, conhecida por *emendatio libelli*, o juiz, sem modificar a descrição do fato contido na denúncia, atribui-lhe definição jurídica diversa, ainda que mais gravosa ao agente.

Quanto à viabilidade de aplicação da minorante ao homicídio qualificado, com razão as advogadas. Segundo Rogério Greco (2017), a maior parte da doutrina, por razões de política criminal, posiciona-se favoravelmente à combinação, desde que as qualificadoras sejam de natureza objetiva, a fim de que haja compatibilidade. Nesse sentido, o autor traz o seguinte entendimento do Superior Tribunal de Justiça: “A jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal tem reiterado entendimento no sentido de que há compatibilidade entre as qualificadoras de ordem objetiva e as causas de diminuição de pena do § 1º do art. 121 do Código Penal, que, por sua vez, têm natureza subjetiva”.<sup>34</sup> Afirmando-se a minorante no caso concreto, a redução da pena de Vinícius seria obrigatória, não se tratando de mera faculdade do julgador, mas de um direito subjetivo seu. Outrossim, segundo a doutrina e a jurisprudência predominantes, afastar-se-ia a hediondez do crime, já que a forma híbrida – homicídio privilegiado-qualificado – não encontra previsão na Lei nº 8.072/1990.

Seguiu-se a argumentação das defensoras, pela qual o crime praticado por Vinícius teria sido de femicídio, e não feminicídio.<sup>35</sup> Assim definiram: “femicídio significa praticar homicídio contra mulher, ou seja, matar mulher”; por sua vez, “feminicídio significa praticar homicídio contra mulher por razões da condição de sexo feminino, ou seja, razões de gênero”. Nos autos,

<sup>34</sup> STJ, REsp. 1.060.902/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, DJe 29/6/2012.

<sup>35</sup> Frisa-se que, segundo Cezar Bitencourt (2015), “não existe crime de feminicídio, como tipo penal autônomo, ao contrário do que se tem apregoadado, pois, como veremos, ‘matar alguém’ continua sendo homicídio, que, se for motivado pela discriminação da condição de mulher, ou seja, por razões de gênero, será qualificado, e essa qualificadora recebeu expressamente o *nomen iuris* de ‘feminicídio’”.

não existiria respaldo para a acusação de feminicídio, já que o “denunciado não matou a vítima pelo fato de ser ela uma mulher, ele chegou a esse limite por estar em uma situação de elevado estresse, o que provocou uma alta dose de emoção”, motivo que o levou a agir impensadamente. O fato de Louise ser mulher, ou mesmo o namoro mantido por autor e vítima, disse a defesa, não interferiram nas atitudes de Vinícius. Em momento algum teria ficado “demonstrado que o crime foi cometido por desprezo ou discriminação à mulher, ou por sentimento machista daquele que não entendia o término do relacionamento”. E mais, alegou-se que o feminicídio se confundiria com o motivo torpe, pelo que sua manutenção configuraria *bis in idem*.<sup>36</sup>

Pontua-se que, para alguns autores, há de fato confusão entre a torpeza e o feminicídio, acaso se considere essa última qualificadora como de natureza subjetiva. Rogério Sanches Cunha (2017, p. 65) entende que, antes da instituição por lei do feminicídio, a morte da mulher em contexto marcado por relação de poder e submissão já se qualificava pela torpeza, igualmente hedionda. A mudança, portanto, teria sido meramente topográfica, migrando-se o comportamento de um inciso para um outro novo, dentro do mesmo parágrafo. Para o autor, “a virtude dessa alteração está na simbologia, isto é, no alerta que se faz da necessidade de se coibir com mais rigor a violência contra a mulher em razão da condição do sexo feminino”. Ressalta, portanto, que a qualificadora do feminicídio é subjetiva, ao pressupor uma motivação especial de menosprezo ou discriminação à condição de mulher, de opressão baseada no gênero, imprescindível para que se configure a qualificação em qualquer de suas modalidades. Matar mulher, em qualquer ambiente ou relação – ainda que no seio doméstico ou familiar –, sem menosprezo ou discriminação, seria feticídio. Na presença de tal móvel, restaria caracterizado o feminicídio.

Por também considerar a ordem subjetiva da qualificadora, pois associada à razão de ser do delito, José Nabuco Filho (2015, p. 206) evidencia sua incompatibilidade com o crime praticado “sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima”. Diante da perturbação que domina o autor e da imediatidade de reação, não há se falar que a mulher foi morta em razão da condição de sexo feminino, o que impossibilitaria a coexistência do feminicídio com o privilégio. Na mesma linha, Alice Bianchini (2016, p. 216) defende a subjetividade, aduzindo ser a violência de gênero o motivo, e não o meio de execução do crime – “o sujeito mata em razão da condição do sexo feminino, ou do feminino exercendo, a seu gosto, um modo de ser feminino”. O feminicídio, em essência, não seria uma inovação, mas sim um esclarecimento da situação ordinariamente presente nos processos penais que envolvem a morte de

---

<sup>36</sup> Segundo Rogério Greco (2017), ocorre *bis in idem* onde um mesmo fato incide duas vezes em prejuízo do agente.

mulheres, mas que, pela técnica predominante de tipos penais neutros, frequentemente não vinha à tona. Daí o porquê Marcela Lagarde, na década de 1990, propor o termo feminicídio, capaz de perturbar o regime da nomenclatura. O termo femicídio seria insuficiente, dada sua reta correlação com o homicídio, o que “apenas arranhava a neutralidade da vitimação para a lei penal” (DINIZ, COSTA e GUMIERI, 2015, p. 226).

Ao término da explanação das advogadas, no que tange ao crime de ocultação de cadáver imputado ao denunciado, suscitou-se pela sua improcedência, no sentido de não ter havido “dolo, isto é, vontade e consciência de praticar o tipo penal previsto no artigo 211 do Código Penal e o fato típico, também, não concebe em sua descrição legal a possibilidade do crime ser praticado na modalidade culposa”. Vinícius não teria enterrado ou mesmo coberto a vítima, além de ter levado os policiais até o local no qual o corpo se encontrava, de fácil acesso, tornando injustificada eventual condenação por ocultação de cadáver. Pugnou-se, então, pela absolvição sumária quanto a este delito, nos termos do art. 415, inciso IV, do Código de Processo Penal.<sup>37</sup> Por fim, aventou-se, na hipótese de condenação a qualquer dos crimes imputados, a aplicação de circunstâncias atenuantes previstas no art. 65 do Código Penal – menoridade relativa, já que Vinícius, na data do fato, era menor de vinte um anos; e confissão espontânea, pois deliberadamente procurou a polícia e confessou ser o autor do crime, colaborando com as investigações.

Após vistas, o Ministério Público, entendendo não estarem presentes circunstâncias prejudiciais ou impeditivas, e não ser o momento para discussões meritórias arguidas pela defesa, oficiou pelo prosseguimento da ação (fl. 223). Sobreveio decisão às fls. 225-228, na qual a autoridade judiciária se manifestou contrariamente à desclassificação delitiva, rejeitando-a por não ser aquele o momento processual oportuno, vez que a instrução criminal sequer teria iniciado. Ademais, a denúncia descreveria claramente os fatos e traria em si toda a imputação recaída sobre Vinícius. Negaram-se, também, os pedidos de absolvição sumária e de aplicação das atenuantes, novamente por não serem apreciáveis àquela altura. No mais, verificou o magistrado que o processo estaria regular e válido, inexistindo vícios que ensejassem nulidades. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ratificou o recebimento da denúncia e determinou que fosse designada data para a realização de audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que, depois de ouvidas as testemunhas arroladas, o réu seria interrogado. Os atos instrutórios ocorreram em audiência única, aos 22 de junho de 2016. O conteúdo das oitivas, em síntese, encontra-se aqui exposto no Capítulo 1.

---

<sup>37</sup> Art. 415, IV, do CPP: “O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando: IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime”.

Encerrada a instrução, as partes requereram apresentar as alegações finais por escrito, em substituição às orais, o que foi deferido pelo juiz. Em seus memoriais (de fls. 297-304), todavia, a defesa posicionou-se nos exatos termos de sua resposta à acusação.

### 2.3 Argumentos da acusação e pronúncia do réu

Também sob a modalidade escrita (às fls. 285-292), o Ministério Público se manifestou pela pronúncia de Vinícius, momento processual no qual o juiz, fundamentadamente, remeteria o feito para julgamento perante o Tribunal do Júri “se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação” (art. 413, CPP). Explica Fernando Capez (2013) que, ao pronunciar o réu, o magistrado admite a acusação sem penetrar no exame de mérito, de maneira a não invadir a competência dos jurados, restringindo-se à verificação do *fumus boni iuris*, em mero juízo de prelibação. Não se faz necessária prova plena de autoria, bastando que o acusado seja o provável autor do crime, vez que nessa fase vigora o princípio do *in dubio pro societate*.<sup>38</sup> Mostra-se indispensável, contudo, que o juiz declare o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especifique as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena (art. 413, § 1º, CPP). Então, acaso decidisse pela pronúncia, o juiz delimitaria o julgamento de Vinícius pelo Conselho de Sentença quer por homicídio simples, quer pela forma qualificada.

Diante disso, arrazouou a promotoria que a materialidade do crime contra a vida de Louise estaria amplamente demonstrada no laudo cadavérico e demais laudos periciais, que definiram a identidade da vítima e robusteceram a tese de que ela fora asfixiada, confirmando-se a causa da morte como “insuficiência respiratória, meio físico-químico”.<sup>39</sup> Quanto à autoria, alegou-se que o acusado, tanto na fase investigativa quanto em juízo, confessou ter praticado o ato homicida ao ministrar clorofórmio a Louise, por via oral e à força, tendo essa sido a causa eficiente de seu óbito. Como elucidação, a peça ministerial trouxe trechos dos interrogatórios prestados por Vinícius, grifando-se que “Louise ficou desmaiada na cadeira e o interrogando pressionou sua glote a fim de que o clorofórmio fosse ingerido com facilidade, cerca de 200 ml”

---

<sup>38</sup> Tal princípio, embora admitido por parte da doutrina e tribunais, recebe amplas críticas, sobretudo pela ótica garantista. Como exemplo, cita-se o entendimento de Maria Thereza de Assis Moura, ministra do STJ: “A acusação, no seio do Estado Democrático de Direito, deve ser edificada em bases sólidas, corporificando a justa causa, sendo abominável a concepção de um chamado princípio *in dubio pro societate*” (STJ, HC 175.639/AC, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma, DJe 11/04/2012).

<sup>39</sup> Conforme extraído do item Resumo: “A pericianda foi vítima de asfixia. Há relato de que os peritos retiraram um saco plástico que cobria a cabeça. A causa da morte foi insuficiência respiratória, meio físico-químico.” (Laudo Cadavérico nº 10.446/16 – IML/PCDF, fl. 178).

(Trecho do Interrogatório, APF nº 6/2016 – DRS, fl. 12). Anota-se que a dose média letal por ingestão de clorofórmio em adultos foi estimada em cerca de 45 gramas, o que corresponderia a 30,4 mililitros (Laudo de Exame Químico nº 6.067/2016 – IC, fls. 251-254).

No que concerne às qualificadoras, argumentou-se que, além da asfixia, as outras três descritas e capituladas na denúncia estariam substancialmente comprovadas – o motivo torpe, o emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima (dissimulação) e o feminicídio. A torpeza consistiria na ausência de conformação de Vinícius com o fim do namoro que manteve com Louise, motivação confirmada pelo próprio acusado, tanto em delegacia quanto em sede judicial. A acusação destacou a seguinte passagem:

[...] quando a vítima voltou de viagem os dois se viram pela primeira vez em 07/01, na UnB, e o interrogando logo percebeu que ela estava distante; que entretanto, só romperam definitivamente numa conversa que tiveram, de novo na UnB, em 14/01; que foi a vítima que disse que não mais queria o namoro; que o interrogando ficou muito decepcionado e não aceitou facilmente; que a partir daí pediu algumas vezes para reatarem o namoro, mas a vítima não quis [...]. (Trecho do Interrogatório do Acusado, fl. 279v).

De índole subjetiva, pois concernente ao agente e não ao fato, assinala-se que “torpe é o motivo que mais vivamente ofende a moralidade média ou o sentimento ético-social comum. É o motivo abjeto, ignóbil, repugnante, que imprime ao crime um caráter de extrema vileza ou imoralidade” (HUNGRIA, 1979, p. 163).

A dissimulação, por sua vez, é definida por Rogério Greco (2017) como a ocultação da intenção homicida, contexto em que o agente, por exemplo, faz-se passar por amigo, dando falsas mostras de amizade, no intuito de facilitar o cometimento do delito. Para o Ministério Público, Vinícius teria agido dissimuladamente ao atrair Louise para o local do crime, “atacando-a quando esta não tinha qualquer suspeita de suas reais intenções”, o que afastou possíveis reações de defesa. Tal ardil restou claro pela análise das mensagens trocadas entre autor e vítima, via Messenger, onde se percebe que “o acusado arranhou vários pretextos para encontrar-se com ela, que iam desde a entregar-lhe pertences que estavam com ele a objetos que gostaria de lhe presentear”.

Quanto à qualificadora do feminicídio, em uma primeira abordagem, a acusação limitou-se aos argumentos já trazidos na denúncia, pelos quais o crime teria sido praticado contra mulher por razões da condição de sexo feminino, em virtude do relacionamento amoroso mantido por Vinícius e Louise em espaço de tempo anterior ao homicídio. Essa relação, inclusive, teria sido confirmada pelo réu, bem como pelos diversos termos de depoimentos colhidos na instrução preliminar. Entretanto, Ela Wiecko Castilho (2016, p. 99) lembra que “a

explicação do crime não se esgota no contexto da relação afetiva entre um homem e uma mulher”. Justificativas como ciúmes, descontrole emocional, comportamento da vítima e inconformidade com o término de uma relação afetiva podem emergir quando da investigação policial acerca de um homicídio contra mulher, sem que excluam a qualificadora do feminicídio. Para a autora, tais motivos seriam fruto das “relações sociais de gênero, nas quais as mulheres têm menos poder e direitos e são castigadas quando afrontam a autoridade masculina”. É o caso dos autos.

Também asseverou o Ministério Público que, depois de assassinada, Louise teve seu corpo parcialmente destruído mediante o emprego de fogo, fato ressonante nos elementos probatórios coligidos. Vinícius teria admitido, expressamente, ter tido o dolo específico de eliminar os vestígios do crime, razão pela qual transportou o corpo até a região de matagal; colocou-o sobre a vegetação, ainda com o saco plástico sobre o rosto, pés e mãos atados, quando então lhe jogou álcool, iniciando a queima com fósforos que carregava em sua mochila. Somados à confissão, o laudo cadavérico, a perícia de local e os depoimentos testemunhais corroboraram a carbonização sofrida. Ante a gravidade concreta dos modos de execução, da motivação e do contexto em que se deram os delitos, oficiou-se novamente pela manutenção da custódia cautelar de Vinícius, de forma a garantir a ordem pública, a segurança e o sossego social, bem como sua integridade física.

Quando apreciou o feito, o Juiz de Direito, Dr. Paulo Giordano, em decisão intermediária (fls. 306-313), entendeu que a materialidade do crime doloso contra a vida e do delito de ocultação de cadáver, na modalidade destruição, encontrava-se respaldada nas provas orais produzidas nos autos, com destaque para a confissão de Vinícius; bem como nos laudos periciais, citando-se o cadavérico, que apontou a asfixia como *causa mortis* e a carbonização parcial do corpo. Em relação à autoria, haveria também indícios suficientes em desfavor do réu, que desde a fase policial viria confessando pormenorizadamente a prática dos crimes. Corroboraram a admissão de culpa os testemunhos e a prova técnica, vez que Vinícius, inclusive, fora filmado encontrando-se com sua ex-namorada no corredor de acesso à sala onde se deu o assassinato. Decidiu o magistrado, então, ser o suficiente para que o julgamento do homicídio e do crime a ele conexo fosse remetido ao Conselho de Sentença, composto de juízes naturais do caso.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Segundo Guilherme de Souza Nucci (2014), “quando se vislumbra a competência do Tribunal do Júri para o delito principal – crime doloso contra a vida – as infrações penais conexas devem ser analisadas, na integralidade, pelos jurados. Não cabe ao magistrado togado qualquer avaliação acerca da tipicidade, ilicitude ou culpabilidade no tocante aos conexos”.

Aos jurados, dada a competência outorgada pela Constituição Federal, cabe com exclusividade decidir sobre a presença ou não das qualificadoras aventadas no processo. Excepcionalmente, contudo, pode o juiz excluir determinada qualificadora na ocasião da pronúncia, desqualificando o delito, desde que demonstrada a inconsistência e o excesso da acusação (LIMA, 2017, p. 1159). Pelo exposto nos autos, aduziu o magistrado que nenhuma das qualificadoras imputadas a Vinícius seria manifestamente improcedente: a dissimulação poderia estar configurada no encontro pretensamente amistoso marcado pelo réu, sob a alegação de que precisava devolver bens pessoais da vítima, acrescido do esforço para que ela fosse sozinha ao “local da morte adrede preparado”; a torpeza, em tese, se verificaria nas mensagens trocadas entre ambos, demonstrativas da insatisfação de Vinícius com o término do namoro, matando Louise ao se sentir desprezado; a asfixia, como dito, restou comprovada na necropsia; o feminicídio, por fim, também deveria ser levado ao crivo dos jurados. O crime em apreço envolveria “violência doméstica, na medida em que acusado e vítima mantiveram um relacionamento amoroso estável e íntimo, embora não tenham coabitado”. Seria plausível que o homicídio tenha se dado justamente pelo encerramento desta convivência.

Com alicerce nas considerações tecidas e com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, Vinícius foi pronunciado como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I, III, IV e VI; e art. 211, ambos do Código Penal. A defesa, novamente sem inovar em seus argumentos, atendo-se àqueles trazidos em resposta à acusação, apresentou recurso em sentido estrito contra a decisão (fls. 389-406).<sup>41</sup> O Ministério Público, por sua vez, foi além. Ofertou contrarrazões (de fls. 408-416) ao recurso interposto, no que se debruçou, principalmente, sobre o *bis in idem* alegado pela defesa quanto às qualificadoras do feminicídio e do motivo torpe. Inicialmente, apresentou diferenciação entre ambas:

[...] Enquanto o **feminicídio não** constitui o móvel imediato da conduta, haja vista estar relacionado a um resultado de um processo de construção social no qual há a superioridade do masculino e a subalternidade do feminino (**violência de gênero**), o **motivo torpe** está intrinsecamente ligado ao sentimento de posse que o agressor tem em relação à vítima, hipótese que se torna evidente quando a vítima termina o relacionamento afetivo em contrariedade à vontade do agressor, sendo considerado, assim, **motivo imediato** da prática delitiva [...]. (Trecho das Contrarrazões ao RSE, fl. 413, grifos do promotor).

Por essas premissas, concluiu que a nova qualificadora do feminicídio teria caráter objetivo ou real, já que associada à infração penal em si – meio, modo de execução do crime e

---

<sup>41</sup> Art. 581, IV, do CPP: “Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: IV – que pronunciar o réu”.



tipo de violência empregado. Descreveria hipótese fática objetiva de agressão à mulher por razões da condição de sexo feminino, isto é, por razões de gênero. O motivo torpe, por sua vez, seria de cunho subjetivo ou pessoal, vinculado aos motivos e à pessoa do agente, e não ao fato por ele praticado. Assim, encerraria hipótese fática subjetiva, relacionada à motivação de oportunidade da ação homicida. Colocada a diferença de natureza jurídica das qualificadoras, a coexistência de ambas seria possível. Tal é o entendimento firmado pela 1ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme trazido pela promotoria:

PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RÉU PRONUNCIADO POR HOMICÍDIO COM MOTIVO TORPE. MORTE DE MULHER PELO MARIDO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. PRETENSÃO ACUSATÓRIA DE INCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO. PROCEDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. 1 Réu pronunciado por infringir o artigo 121, § 2º, inciso I, do Código Penal, depois de matar a companheira a facadas motivado pelo sentimento egoístico de posse. 2 Os protagonistas da tragédia familiar conviveram sob o mesmo teto, em união estável, mas o varão nutria sentimento egoístico de posse e, impelido por essa torpe motivação, não queria que ela trabalhasse num local frequentado por homens. **A inclusão da qualificadora agora prevista no artigo 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal, não poderá servir apenas como substitutivo das qualificadoras de motivo torpe ou fútil, que são de natureza subjetiva, sob pena de menosprezar o esforço do legislador. A Lei 13.104/2015 veio a lume na esteira da doutrina inspiradora da Lei Maria da Penha, buscando conferir maior proteção à mulher brasileira, vítima de condições culturais atávicas que lhe impuseram a subserviência ao homem.** Resgatar a dignidade perdida ao longo da história da dominação masculina foi a *ratio essendi* da nova lei, e o seu sentido teleológico estaria perdido se fosse simplesmente substituída a torpeza pelo feminicídio.<sup>42</sup> **Ambas as qualificadoras podem coexistir perfeitamente, porque é diversa a natureza de cada uma: a torpeza continua ligada umbilicalmente à motivação da ação homicida, e o feminicídio ocorrerá toda vez que, objetivamente, haja uma agressão à mulher proveniente de convivência doméstica familiar.** 3 Recurso provido. (Acórdão nº 904.781, RSE 2015.03.1006972-7, Relator: Desembargador George Lopes, 1ª Turma Criminal, Julgado em 29/10/2015, DJe 11/11/2015, grifos pelo promotor).

Em face das razões apresentadas, o Ministério Público requereu, no mérito, o improvimento do recurso defensivo. O juiz *a quo*, crendo não haver elementos ensejadores do juízo de retratação, manteve a sentença de pronúncia nos seus próprios fundamentos (fl. 418), quando então os autos subiram. Julgado também pela 1ª Turma Criminal do TJDF, o recurso em sentido estrito foi desprovido, votação unânime. Cola-se a ementa (fl. 441):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 121, § 2º, I, III, IV E VI E ART. 211, AMBOS DO CP. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DESPRONÚNCIA - IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS - INVIABILIDADE. BIS IN IDEM ENTRE FEMINICÍDIO E MOTIVO TORPE - NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. Se as provas coligidas aos autos são capazes de assegurar a existência dos

<sup>42</sup> Em tradução literal a partir do latim, a *ratio essendi* de uma lei compreenderia a sua “razão de ser”.

crimes de homicídio e destruição, subtração ou ocultação de cadáver imputados ao acusado e dar indícios de autoria por parte dele, inviável o acolhimento do pleito de impronúncia, revelando-se escorreita a sentença que determina o julgamento do acusado pelo Tribunal do Júri. Somente é possível, na fase de pronúncia, a exclusão de qualificadora quando manifestamente improcedente. Havendo possibilidade de sua ocorrência, a apreciação da matéria deve ser submetida ao Sinédrio Popular. **Não há incompatibilidade entre as qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio, na hipótese de ocorrência de violência doméstica e familiar, qualificadora de caráter objetivo** (art. 121, § 2º-A, inciso I, do CP). (Acórdão nº 985.429, RSE 2016.01.1024397-6, Relator: Desembargador Romão C. Oliveira, 1ª Turma Criminal, Julgado em 01/12/2016, DJe 06/12/2016, grifo nosso).

Compartilhando do posicionamento adotado pelo tribunal, Ythalo Frota Loureiro (2017, p. 197) encara como um desafio rechaçar suposto viés subjetivo do feminicídio. Seria preciso, para tanto, repelir a ideia de que a misoginia – discriminação às mulheres - é um valor social e moral de natureza pessoal. Para o autor, deve-se compreender que “as razões de gênero não são particulares, mas assumidas de maneira individual pelo agressor em um contexto de violência estrutural e institucionalizada”. Por esse prisma, a desigualdade verificada entre Vinícius e Louise seria latente e apriorística, dado o estado permanente de vulnerabilidade física, cultural e histórica em que se encontra o gênero feminino, presumindo-se a dificuldade de resistência diante do homem machista. A objetividade da qualificadora, assim, residiria nesse ponto, ao transcender a pessoa do agressor, indo muito além de sua pequenez.

## 2.4 Sentença e recursos

Improvidos os pleitos da defesa pela despronúncia e, subsidiariamente, pela desclassificação para o crime de homicídio privilegiado-qualificado, designou-se o dia 03 de abril de 2017 para que Vinícius fosse julgado pelo Tribunal do Júri (fl. 467). Cabe recordar que, nos casos de morte violenta de mulheres e segundo diretivas específicas, impõe-se uma mudança de olhar, “que passa da simples nomenclatura à investigação, processo e, por fim, julgamento”. Embora a decisão final seja remetida aos jurados, como leigos que são, esses buscarão no juiz presidente um norte para seus questionamentos. O magistrado, então, em sua atuação no plenário, deve zelar para que não ocorram abusos capazes de denegrir a memória e a imagem da vítima, principalmente a partir da linguagem empregada pela defesa. Estereótipos e preconceitos de gênero devem ser desconstruídos, de forma que o júri não paute sua compreensão dos fatos em valores e percepções tendentes a justificar a violência contra as mulheres, responsabilizando-as. Recomenda-se, portanto, a utilização de expressões como “violência por razões de gênero” e “feminicídio”, o que transmitirá a mensagem de que o homicídio feminino resulta de uma desigualdade social, e não meramente de um fato individual (BRASIL, 2016, p. 103-107).

Nos termos do art. 482 do Código de Processo Penal, vê-se que essa participação ativa do juiz pode também tomar forma quando da elaboração dos questionamentos levados aos jurados.<sup>43</sup> Procedimentalmente, no caso em análise, esse momento se deu posteriormente aos depoimentos prestados pelas testemunhas, ao interrogatório de Vinícius e aos debates, nos quais tiveram a palavra o representante do Ministério Público e as advogadas de defesa. Ao todo, formularam-se dez quesitos, em conformidade com os pedidos feitos na tribuna: oito para a 1ª Série, atinente ao crime de homicídio; e dois para a 2ª Série, relativa ao delito de destruição de cadáver. Dentre eles, destacam-se aqui aqueles alusivos à minorante do privilégio e às qualificadoras do feminicídio e do motivo torpe (fls. 537/537v). Veja-se:

#### **PRIVILÉGIO**

4º Quesito: O acusado VINÍCIUS NERES RIBEIRO agiu sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima que agiu com total indiferença e desprezo após o acusado revelar que iria se suicidar?

#### **QUALIFICADORA**

5º Quesito: O crime foi cometido por motivo torpe, eis que o acusado matou a vítima por não se conformar com o término do relacionamento amoroso que com ela mantivera?

#### **QUALIFICADORA**

8º Quesito: O crime foi praticado contra mulher, por razões da condição de sexo feminino, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (feminicídio), pois o denunciado e a vítima mantiveram relacionamento amoroso até pouco tempo antes dos fatos?

Na Sala Secreta do Tribunal do Júri, os jurados apreciaram todos os quesitos que lhes foram apresentados. Em votação, reconheceram a materialidade e a autoria para ambos os crimes, e depois não absolveram o réu. Ademais, votaram afirmativamente quanto à existência das quatro qualificadoras a ele imputadas – asfixia, motivo torpe, dissimulação e feminicídio -, além de negarem a ocorrência da circunstância privilegiadora. Considerando soberana a decisão do colegiado, o juiz, Dr. Paulo Giordano, julgou procedente a pretensão punitiva do Estado e condenou Vinícius nas penas do art. 121, § 2º, I, III, IV e VI, c/c § 2º-A, I, do mesmo artigo de lei, e art. 211, todos do Código Penal. Merecem realce as palavras proferidas pelo magistrado

---

<sup>43</sup> Art. 482, do CPP: “O Conselho de Sentença será questionado sobre matéria de fato e se o acusado deve ser absolvido. Parágrafo único. Os quesitos serão redigidos em proposições afirmativas, simples e distintas, de modo que cada um deles possa ser respondido com suficiente clareza e necessária precisão. Na sua elaboração, o presidente levará em conta os termos da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, do interrogatório e das alegações das partes”.

quando da fixação das penas, indo ao encontro da diretriz pela incorporação da perspectiva de gênero ao julgamento, sensíveis às condutas adotadas pelo acusado, à lembrança de Louise e ao sofrimento percebido por seus entes, vítimas indiretas:

[...] A primeira circunstância judicial a ser analisada é a culpabilidade. Para averiguação da possibilidade de imposição de pena ao autor do crime é necessária a análise da culpabilidade em sentido estrito, ou seja, se o agente é imputável, se tinha potencial consciência da ilicitude do fato, e se lhe era exigível conduta diversa daquela que adotou. Quando da dosimetria da pena é preciso averiguar, por outro lado, a culpabilidade em sentido lato, ou seja, a reprovação social que o autor e o crime merecem, em nada se relacionando à intensidade do dolo ou da culpa. A culpabilidade é tão mais intensa quanto for a censurabilidade da conduta do agente. E este grau de censurabilidade é mensurado considerando o conjunto de todas as circunstâncias judiciais descritas no art. 59 do CP.<sup>44</sup> Neste diapasão, **indubitavelmente há que se concluir que muito censurável a conduta do acusado, que matou a vítima da maneira mais cruel e desumana possível - mesmo a vítima tendo tentado lhe poupar, na medida do possível, de maiores sofrimentos que certamente advieram do fim do relacionamento que mantinham - consequências que inclusive extrapolam aquelas próprias do homicídio.** O acusado é primário e de bons antecedentes. Sua conduta social, ou seja, o papel desempenhado na comunidade, inserido no contexto da família, do trabalho, da escola, da vizinhança, etc..., e que não se relaciona a antecedentes criminais, lhe são favoráveis. Há elementos de prova que indicam ter sido sempre estudioso, esforçado e trabalhador, mostrando-se um indivíduo que despertava apreço nas pessoas que o cercavam e com quem convivia. Personalidade é o conjunto de caracteres exclusivos de uma pessoa, parte herdada e parte adquirida. Personalidade é modo de ser do agente, resultante de seu caráter e temperamento, que não se reduz a uma prática (crime), mas sim a qualidades e defeitos. **O acusado, revertendo uma concepção favorável que incutia nas pessoas, revelou-se, com a prática do crime e comportamento subsequente, egoísta, frio, calculista e absolutamente insensível, a ponto de solidarizar-se com o pai da vítima, fazendo-se de surpreso e preocupado quando poucas horas antes havia provocado sofrimento indizível a quem dizia amar. Ao atear fogo ao corpo da vítima, com especial preocupação em destruir a região pélvica e o rosto, desvelou um simbolismo da raiva e sentimento de posse que nutria, ou passou a nutrir, em relação a vítima. Quis eliminar qualquer réstia de beleza para aplacar a própria frustração gerada pelo sentimento de rejeição que afigura-se inato ao réu.** As circunstâncias e motivos do crime foram analisados pelo Conselho de Sentença. Consequências do crime constituem o mal causado pelo crime, que podem ou não transcender ao resultado típico. Quando transcendem não de ser reputadas como consequências anormais do delito, passíveis de consideração para elevação da pena-base. **No homicídio o resultado é a morte, mas quando praticado do modo como se deu o crime em julgamento, da forma mais brutal possível, expondo a vítima e família da vítima à curiosidade pública, acaba muitas vezes gerando consequências que não de ser tidas como desfavoráveis ao acusado.** A morte da vítima desencadeou na família não apenas a dor própria da perda de um ente querido, mas uma permanente sensação de impotência e medo, que, segundo a prova oral colhida, perdura até os dias de hoje, mais de um ano passado do crime. **O comportamento da vítima em nada contribuiu para a prática do crime. Limitou-se ao exercício do direito de livre escolha, de não mais querer a manutenção de relacionamento amoroso com o acusado, sem que tenha ostentado qualquer sinal**

<sup>44</sup> Art. 59, do CP: “O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível”.

**de uma suposta pretensão de humilhá-lo ou menoscábá-lo. Ao contrário, a vítima portou-se com tato e dignidade, tentando poupar o acusado de sofrimento, como esclarecem as mensagens que trocou com ele pouco antes do crime [...].** (Trecho da Sentença, fls. 541-543, grifo nosso).

Ao aplicar a legislação pertinente e sopesar todas as circunstâncias, o juiz estabeleceu a reprimenda para cada um dos crimes. Por tratar-se de concurso material, as respectivas penas foram somadas, no que totalizaram 23 (vinte e três) anos de reclusão, mais 10 (dez) dias-multa, ao menor valor legal. Fixou-se para o cumprimento da pena inicialmente o regime fechado, não podendo Vinícius apelar em liberdade, em virtude da periculosidade concreta que demonstrou. Às fls. 544 e 549, nessa ordem, defesa e Ministério Público manifestaram interesse em recorrer. Ao apelar, irresignada com a sanção aplicada, a promotoria pugnou pelo incremento da pena-base de ambos os delitos – circunstâncias como culpabilidade, personalidade e consequências do crime deveriam ser valoradas com maior rigor, diante do sadismo e da depravação moral demonstrados por Vinícius no cometimento de atos altamente reprováveis. Ainda, pediu-se a diminuição do *quantum* atribuído às atenuantes da confissão espontânea e da menoridade relativa (fls. 638-651). Em contrarrazões, a defesa sustentou que a pena atribuída já seria deveras elevada, aproximada do máximo legal. Indo além, alegou que a maior pena que Vinícius poderia sofrer já estaria sendo cumprida desde a data do crime - “ver sua família destruída, assim como seu futuro, de menino promissor a detento da Papuda”.<sup>45</sup> Requereu, então, que a sentença recorrida fosse mantida (fls. 674-687).

Em suas razões recursais (de fls. 660-672), as advogadas pleitearam a anulação do julgamento, por ser a sentença recorrida manifestamente contrária aos autos, vez que não se afirmou o privilégio. Chama atenção o argumento central: Vinícius, desde o início, teria arquitetado a sua própria morte, mas o plano acabou alterado por um gesto de Louise que, com frieza, indiferença e desdém, teria lhe dado um abraço de despedida. A minorante, então, implicaria na diminuição da culpabilidade de Vinícius, “em razão de a própria vítima ter motivado o fato típico”. O Ministério Público contra-arrazoou (fls. 688-701), sendo requerido o total desprovemento do recurso defensivo. A extensa premeditação praticada por Vinícius, verificável por um simples passar de olhos na farta prova trazida aos autos, seria incompatível com a falaciosa tese que ele tenha estado sob influência de violenta emoção após demonstração de indiferença por parte de Louise. Em uma nítida inversão de papéis entre algoz e vítima, extremamente censurável, Louise teria sido apresentada como merecedora de sua própria morte,

---

<sup>45</sup> O Complexo Penitenciário da Papuda é formado por cinco presídios. Situa-se na Região Administrativa de São Sebastião, no Distrito Federal (Wikipedia).

o que é absurdo. Utilizadas como justificativa para crimes hediondos, teses jurídicas como essas não podem ser admitidas. A inversão da responsabilidade pela violência praticada, com deslocamento da culpa para a vítima, alimenta a impunidade e a tolerância social ao assassinato de mulheres. Pelo artifício de culpabilizar Louise, não mais presente para se defender, sua memória seria irremediavelmente maculada (PRADO e SANEMATSU, 2017).

No tribunal, ambos os apelos relacionados à dosimetria da pena foram providos parcialmente. Por maioria e sob relatoria do Desembargador Romão Oliveira, acordou a 1ª Turma Criminal do TJDF (às fls. 743-753) em redimensionar a restrição de liberdade imposta. Após incremento da pena-base do crime de homicídio e redução daquela referente à ocultação de cadáver, Vinícius Neres Ribeiro foi, de forma definitiva, condenado a 22 (vinte e dois) anos de reclusão, a serem cumpridos em regime inicial fechado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase cinco mil mulheres assassinadas a cada ano no Brasil. Do total, uma em cada três pelas mãos de seus companheiros, passados ou atuais. Embora a neutralidade semântica do tipo penal homicídio e a ineficiência investigativa levem a uma subestimação dessas cifras, as estatísticas alarmam, fazendo-se obrigatória uma ação afirmativa por parte do Estado. Nesse sentido, a iniciativa legislativa de que decorreu a Lei do Feminicídio figura como importante medida. Ao nomear a morte de mulheres, ponto final de um *continuum* de abusos por elas vivenciado diariamente, busca-se atuar nas causas da violência, orientando-se políticas públicas de prevenção; e nas consequências, quando então os agressores serão punidos com maior rigor. Para tanto, mostra-se imprescindível um entendimento uniformizado dos dispositivos da lei, cuja abstração, tão criticada pela doutrina, leva a uma multiplicidade interpretativa.

Em estudo de caso qualitativo, pôde-se verificar como que, na prática, advogadas de defesa, promotoria, jurados e magistrados abordam o conceito de crime praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Quase que exatamente um ano após a entrada em vigor da nova qualificadora, em 10 de março de 2016, Louise foi morta por Vinícius, seu ex-namorado, nas dependências da Universidade de Brasília. Depoimentos de testemunhas, interrogatórios prestados pelo autor e análises de mensagens trocadas entre os dois ratificaram a existência e o fim da relação amorosa. Irresignado com o término, Vinícius passou a insistentemente procurar Louise, sob o alegado pretexto de lhe devolver alguns pertences. Obteve êxito em encontrá-la, momento registrado por câmeras de vigilância. No interior de um laboratório, matou-a, fazendo-a inalar e ingerir em grande quantidade a substância clorofórmio. Amarrou-a em uma cadeira. Minutos depois, soltou-a, retirando-lhe toda a roupa, momento em que cogitou manter relações. Supostamente desistiu, colocou Louise sobre um carrinho para transporte de materiais, cobriu seu corpo com um colchão inflável, vazio, e carregou-a até o estacionamento. Utilizou-se do automóvel da própria vítima para levá-la a uma região erma de matagal onde, após atear-lhe fogo, abandonou-a. Laudos periciais atestaram a *causa mortis* por asfixia e a carbonização parcial do corpo. No dia seguinte, possivelmente por descobrir-se flagrado pelas filmagens, Vinícius confessou com pormenores seus atos.

Para o Ministério Público, o namoro mantido entre autor e vítima enquadraria objetivamente o delito em contexto de “violência doméstica e familiar”, ainda que ausente a coabitação. O feminicídio estaria aí configurado, não como o móvel imediato das condutas, mas sim como resultado de uma construção social em que há superioridade do gênero masculino em detrimento do feminino, historicamente subalterno. Distinguir-se-ia da torpeza, motivação

subjetiva, traduzida no sentimento de propriedade que Vinícius nutria em relação à Louise, evidenciado no inconformismo demonstrado quando ela livremente optou por não mais manter a relação afetiva. Por isso, diante da natureza jurídica distinta das qualificadoras, ambas poderiam perfeitamente coexistir, não havendo se falar em *bis in idem*. Tal é o posicionamento do TJDF. Em interpretação teleológica, compreende o tribunal que uma confusão entre o feminicídio e o motivo torpe mitigaria o esforço do legislador e esvaziaria a razão de ser da nova lei, que visa resgatar a dignidade da mulher, perdida ao longo de séculos de subserviência ao homem. Assim também entenderam os jurados, que, quando quesitados, confirmaram a tese acusatória. Prolatada a sentença, o juiz presidente do júri destacou que Vinícius, ao atingir com fogo especialmente a região pélvica e o rosto de Louise – atributos de feminilidade –, desvelou um simbolismo de raiva e de posse, buscando “eliminar qualquer réstia de beleza para aplacar a própria frustração gerada pelo sentimento de rejeição”.

A defesa de Vinícius, por seu turno, nada obstante os elementos de prova depusessem completamente em seu desfavor, alegou não ser hipótese de feminicídio, qualificadora de cunho subjetivo; mas sim de femicídio, que seria, na acepção literal do termo, o homicídio praticado contra mulher sem qualquer porquê específico. Para as advogadas, não se demonstrou que o crime fora cometido por desprezo ou discriminação à mulher, ou por sentimento machista de quem não aceitava o fim do relacionamento. Louise ser mulher, ou mesmo o namoro existido entre eles, não teriam influenciado as atitudes de Vinícius, que agira impensadamente por estar em situação de elevado estresse. Centrou-se a argumentação, então, na ocorrência de um homicídio privilegiado. Ele, inicialmente pretendendo suicidar-se, teria sido embebido de violenta emoção em seguida a injusta provocação por Louise que, com frieza, indiferença e desdém, teria o abraçado fraternalmente, em tom de despedida. Ou seja, a própria vítima teria motivado o fato típico.

Como substituta à malfadada tese de legítima defesa da honra, vê-se que a pugnação pelo reconhecimento do privilégio se exhibe, hoje, como principal arma argumentativa a favor de feminicidas. De modo reprovável, denigre-se a memória da vítima e respalda-se o assassino. Esse viés, claramente remanescente de uma cultura de opressão física e psicológica do gênero feminino, fortalece a manutenção do patriarcado de que decorre o extermínio de mulheres. Como resposta, crucial se faz o implemento de uma perspectiva de gênero, um olhar sensível e cauteloso que oriente as políticas dos órgãos públicos e a atuação de seus agentes. Incutindo-se paulatinamente a concepção de que feminicídios não se restringem a casos individuais isolados, sendo fruto de uma história de dominação, dar-se-á o primeiro passo rumo à realidade em que



mulheres mortas não mais estampem as capas de jornais. Ótica otimista que Louise carregava tatuada em sua pele, exprimida na máxima de que “milagres acontecem todos os dias”.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Em tributo à Louise e na luta contra o feminicídio, a frase foi adotada em placa que a homenageia, afixada na entrada do bloco de salas de aula do Instituto de Ciências Biológicas da UnB.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Alberto Carvalho. **A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a lei Maria da Penha em juízo**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

ÁVILA, Thiago André Pierobom (org.). **Diretrizes distritais de investigação criminal com perspectiva de gênero**. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Núcleo de Gênero Pró-Mulher. Brasília, 2016.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Tipificação penal para feminicídio pode ajudar a dimensionar e enfrentar esse crime**. Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha. Outubro, 2013. Disponível em: <<http://homolog.compromissoeatitude.org.br/tipificacao-penal-para-feminicidio-pode-ajudar-a-dimensionar-e-enfrentar-esse-crime>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

BITENCOURT, Cezar. **Homicídio discriminatório por razões de gênero**. Artigo publicado em 2015. Disponível em: <<http://www.cezarbitencourt.adv.br/index.php/artigos/37-homicidio-discriminatorio-por-razoes-de-genero>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 07 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 07 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres – feminicídios**. Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos/Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: ONU Mulheres, 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.072/1990, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 8 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 07 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Lei do Feminicídio. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final.** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada "com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência". Brasília: Senado Federal, julho de 2013. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496481>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus: HC 175.639/AC**, Relatora Ministra: Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma, Julgado em 20/03/2012, DJe 11/04/2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial: REsp 1.060.902/SP**, Relatora: Ministra Laurita Vaz, 5ª Turma, Julgado em 21/06/2012, DJe 29/06/2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 523.** No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu. DJ de 12/12/1969, p. 5997. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal.** 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAPUTI, Jane; RUSSELL, Diana E. H. **Femicide: Sexist Terrorism against Women.** In: RadFoRd, Jill; Russel, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing.* New York: Twayne, 1992.

CARCEDO, Ana. **Femicídio en Costa Rica 1990-1999.** Colección teórica nº 1. San José, Costa Rica, Instituto Nacional de Mujeres, 2000.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. **As diretrizes nacionais para investigação do feminicídio na perspectiva de gênero.** Sistema Penal & Violência, Revista Eletrônica da Faculdade de Direito (PUCRS), v. 8, n. 1, p. 93-106. Porto Alegre, janeiro-junho 2016.

CHALITA, Gabriel. **A sedução no discurso: o poder da linguagem nos tribunais de júri.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: parte especial (arts. 121 ao 361).** 9ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

DINIZ, Debora; COSTA, Bruna Santos; GUMIERI, Sinara. **Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir.** Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 114. ano 23. p. 225-239. São Paulo: Ed. RT, maio-jun. 2015.

DINIZ, Debora. **Ela, Zefinha – o nome do abandono**. Ciência & saúde coletiva [online], vol. 20, n. 9, p. 2667-2674, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). **Acórdão nº 904.781, RSE 2015.03.1006972-7**, Relator: Desembargador George Lopes, 1ª Turma Criminal, Julgado em 29/10/2015, DJe 11/11/2015. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Acórdão nº 985.429, RSE 2016.01.1024397-6**, Relator: Desembargador Romão C. Oliveira, 1ª Turma Criminal, Julgado em 01/12/2016, DJe 06/12/2016. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 2016.01.1.024397-6**. Ação Penal de Competência do Júri. Data de Distribuição: 14 de março de 2016. Andamento disponível para consulta em: <<https://www.tjdft.jus.br>>. Acesso em 25 mai. 2018.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus – Casos passionais e feminicídios: de Pontes Visgueiro a Mizaél Bispo de Souza**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

GRECO, Rogério. **Código Penal: comentado**. 11ª ed. Niterói, RJ: Impetus, 2017.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à física**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal – Vol. V (artigos 121 a 136)**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres**. In: BULLEN, Margaret; MINTEGUI, Carmen Díez (orgs). **Retos teóricos y nuevas prácticas**. Donostia: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008, p. 209-239.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Código de Processo Penal comentado**. 2ª ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

\_\_\_\_\_. **Curso de Processo Penal**. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

LOUREIRO, Ythalo Frota. **Conceito e Natureza Jurídica do Feminicídio**. Revista Acadêmica – Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Ano IX, nº 1. Fortaleza: PGJ/ESMP/CE, 2017, p. 185-210.

LYRA, Roberto. **Trechos de Acusações e Arrazoados**. Revista do Ministério Público - Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 2015, p. 737-742.

MACHADO, Lia Zanotta. **Matar e morrer no feminino e no masculino**. Série Antropologia: 239. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

MAMEDE, Gladston. **A advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquematizado: parte especial – vol. 2**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

**MODELO DE PROTOCOLO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES POR RAZÕES DE GÊNERO (FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO)**. Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; Escritório Regional para as Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Brasília: ONU Mulheres, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Human, all too human**. Traduzido por R. J. Hollingdale. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1996.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal comentado**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PASINATO, Wânia. **“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil**. Cadernos PAGU, nº 37, Campinas: 2011.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs.). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em

SEGATO, Rita Laura. **Qué es um feminicídio: notas para un debate emergente**. Série Antropologia: 401. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Evandro Lins e. **O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 12ª ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015.